



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PEDAGOGIA

FLÁVIA RAQUEL DA SILVA

**MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA JUNTO À UMA ESTUDANTE COM PARALISIA
CEREBRAL: UM ESTUDO DE CASO**

João Pessoa

2023

FLÁVIA RAQUEL DA SILVA

**MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA JUNTO À UMA ESTUDANTE COM PARALISIA
CEREBRAL: UM ESTUDO DE CASO**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO, APRESENTADO À UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA- UFPB, COMO PARTE DOS REQUISITOS PARA
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA.

ORIENTADORA: PROFA. DRA. LISIÊ MARLENE DA SILVEIRA MELO MARTINS

JOÃO PESSOA

2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586m Silva, Flavia Raquel da.

Mediação pedagógica junto à uma estudante com
paralisia cerebral: um estudo de caso / Flavia Raquel
da Silva. - João Pessoa, 2023.

67 f. : il.

Orientação: Lisiê Marlene da Silveira Melo Martins.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Inclusão. 2. Mediação pedagógica. 3. Paralisia
cerebral. I. Martins, Lisiê Marlene da Silveira Melo.
II. Título.

UFPB/CE

CDU 376-056.36(043.2)

FLÁVIA RAQUEL DA SILVA

MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA JUNTO À UMA ESTUDANTE COM PARALISIA
CEREBRAL: UM ESTUDO DE CASO

BANCA EXAMINADORA

Prof. Lisiê Marlene da Silveira Melo Martins

Doutorado em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
(orientador/a)

Prof. Munique Massaro

Pós-doutorado em Educação, Universidade de São Paulo, Brasil
(membro-interno)

Prof. Izaura Maria de Andrade da Silva

Doutorado em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
(membro-interno)

“Consagre ao Senhor tudo o que você faz, e os seus planos serão bem-sucedidos”.

Provérbios 16:3

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por preparar todo caminho o que me trouxe até aqui, e me ajudou a realizar meu grande sonho, que é me tornar professora, a ti toda minha gratidão senhor.

Ao meu esposo Severino por todo apoio, paciência e compreensão, sabemos que não foi fácil, mas conseguimos, te amo.

Às minhas filhas, Flávia Karoline, Rayka Ryssa e Maria Clara pela compreensão, sei que estive ausente por vezes, mas saibam que tudo que faço é por vocês.

A minha mãe Marilene, te amo.

A todos os demais familiares que sempre torceram por mim.

A todos os meus queridos mestres que contribuíram para que eu me tornasse apta a exercer a docência, obrigada pelos ensinamentos e por acreditarem que eu sou capaz.

Em especial quero agradecer a querida professora Lisiê Marlene da Silveira Melo Martins por ter aceitado o desafio de me acompanhar e me orientar nessa jornada, obrigada por ter acreditado em mim e no meu trabalho, muito obrigada por seus ensinamentos.

As professoras Munique Massaro e Izaura Maria de Andrade Silva por terem aceitado participar desta banca, muito obrigada.

A professora Cárta Portilho, grata por seus ensinamentos e sua paciência comigo.

A dona Marluce Cardoso de Lima, por toda compreensão e contribuição para que eu pudesse realizar esta pesquisa, muito obrigada.

A minha amada aluna Débora Jéssica Cardoso de Lima, você mudou minha vida e foi por você que resolvi cursar Pedagogia, minha eterna gratidão a você meu amor.

A minha querida amiga Wivian Francy Cabral Gonçalves que conheci na Universidade e que desde então me acompanha desde o primeiro período do curso, obrigada por dividir essa jornada comigo, foram momentos de alegrias e angustias, mas juntas conseguimos.

A todos os colegas estudantes que a cada período dividimos experiências, aprendizados e agruras.

A Maria Rita de Cássia, professora do Atendimento Educacional Especializado, que sempre acreditou em mim e me incentivou a começar este curso, muito obrigada.

A Adriana Ferreira de Souza, professora do Atendimento Educacional Especializado da escola onde trabalho, obrigada por sua compreensão e ajuda, graças a você pude concluir uma etapa primordial do meu curso, os estágios.

Ao meu querido amigo Douglas Pierre Justino Lopes, por sua disposição em me ajudar sempre que precisei.

A todos o meu muito obrigado!

“O caminho do objeto até a criança e desta até o objeto passa por outra pessoa”

Lev Vygotsky

RESUMO

O presente trabalho tem como tema a Mediação Pedagógica junto à uma Estudante com Paralisia Cerebral (PC). Tem como objetivo analisar as contribuições da mediação pedagógica junto à uma estudante com paralisia cerebral na escola comum. A referida estudante à época encontrava-se com 21 (vinte e um) anos, cursando o 9º (nono) ano do Ensino Fundamental II. A pesquisa ocorreu em uma escola pública do município de João Pessoa, Paraíba no ano de 2019. O estudo se configura metodologicamente como uma pesquisa qualitativa, de campo, descritiva e desenvolve-se a partir de um estudo de caso. Inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico e documental para a construção da fundamentação teórica e em seguida a escolha do campo empírico, identificação do sujeito, observações do campo para análise das ações interventivas e mediadoras, também foram coletados dados de caderno de campo e conversas com a genitora da referida estudante. Os resultados deste estudo demonstram que a mediação pedagógica intencional proporciona melhorias significativas no desenvolvimento motor, cognitivo e na interação social da estudante, refletindo assim em uma plena participação nas atividades desenvolvidas no âmbito escolar. Também foi constatado que a mediação pedagógica quando pensada estrategicamente, ou seja, conhecendo as especificidades do sujeito, contribuem positivamente para o seu desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Mediação Pedagógica; Paralisia Cerebral.

ABSTRACT

The theme of this work is Pedagogical Mediation with a Student with Cerebral Palsy (CP). It aims to analyze the contributions of pedagogical mediation with a student with cerebral palsy in a regular school. The aforementioned student at the time was 21 (twenty-one) years old, studying the 9th (ninth) year of Elementary School II. The research took place in a public school in the city of João Pessoa, Paraíba in 2019. The study is methodologically configured as qualitative, field, descriptive research and is developed from a case study. Initially, a bibliographic and documentary survey was carried out to build the theoretical foundation and then the choice of the empirical field, identification of the subject, field observations for analysis of intervention and mediating actions, data from field notebooks and conversations with the mother of said student. The results of this study demonstrate that intentional pedagogical mediation provides significant improvements in the student's motor, cognitive development and social interaction, thus resulting in full participation in activities carried out at school. It was also found that pedagogical mediation, when thought strategically, that is, knowing the specificities of the subject, contributes positively to their development..

KEYWORDS: Inclusion; Pedagogical Mediation; Cerebral Palsy

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| Figure 1 - roda de conversa sobre bullying | 51 |
| Figure 2 - palestra sobre Saúde Bucal e conscientização sobre o câncer de mama (Outubro Rosa)..... | 52 |
| Figure 3 - Trabalho com coordenação motora fina, segurar um lápis, inicialmente com auxílio | 54 |
| Figure 4 - Estudante segurando o lápis e colorindo sem auxílio | 54 |
| Figure 5 - Atividade de colagem | 55 |
| Figure 6 - Sorriso apontando para a casa na imagem, assim como foi solicitado..... | 57 |
| Figure 7 - Sorriso apontando sua imagem preferida no livro..... | 58 |
| Figure 8 - Prancha de Comunicação Alternativa | 59 |
| Figure 9 - interação da aluna com a prancha de comunicação alternativa | 60 |
| Figure 10 - a estudante localizando o que ela mais gosta comer..... | 60 |

Sumário

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 12 |
| 2. REFERENCIAL TEÓRICO | 17 |
| 2.1. A pessoa com paralisia cerebral: aspectos gerais da deficiência, limites e possibilidades | 17 |
| 2.2 Inclusão escolar de estudantes com paralisia | 26 |
| 3. METODOLOGIA | 42 |
| 3.1 Tipo de pesquisa | 42 |
| 3.2 Descrição do caso | 44 |
| 3.2.1 Informações gerais sobre o Caso | 44 |
| 3.2.2 Apresentação do sujeito da pesquisa..... | 45 |
| 4. ANÁLISE DE DADOS | 48 |
| 4.1 Relatos sobre as observações | 48 |
| 4.2 Desenvolvimento de uma estudante com paralisia cerebral | 50 |
| 4.3 Mediação pedagógica e percursos de aprendizagem | 53 |
| 4.4 Estratégias pedagógicas para inclusão | 56 |
| 5. CONCLUSÃO | 62 |
| REFERÊNCIAS | 65 |

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é importante, pois por meio dela, podemos entender melhor a deficiência física, particularmente, a Paralisia Cerebral (PC) no âmbito escolar, pois como pode-se perceber, por vários anos essas pessoas permaneceram à margem da sociedade, sem direito educação, encarceradas em seus corpos e em suas casas, e agora que conquistaram por meio de muitas lutas o direito legal ao acesso à escola, este estudo tem como objetivo mostrar para a sociedade que com os estímulos adequados e com profissionais capacitados, os/as estudantes com Paralisia Cerebral podem se desenvolver potencialmente e que cabe a todos/as nós eliminarmos as barreiras que neutralizam esses indivíduos para que seu desenvolvimento aconteça.

Já as contribuições para a ciência, dão-se à medida que, ao demonstrar-se que com estímulos adequados e profissionais capacitados, as pessoas com Paralisia Cerebral podem desenvolver-se, neste sentido Almeida (2018) diz que, “o uso de dispositivos de Tecnologia Assistiva (TA) e demais adaptações podem impactar, positivamente, o processo de aprendizado de alunos com PC”, portanto, provoca-se a academia a aprofundar-se principalmente em especialização e capacitação de profissionais atuantes na educação inclusiva, oferecendo cursos mais específicos.

Com relação a isto Pinto; Gonzaga e Lourenço (2022, p.620) destacam que “[...] a inclusão escolar com melhores condições de participação dos alunos com PC pode ser dependente dos recursos ofertados, da organização do contexto escolar em si e da própria didática do professor”, deste modo, só com essa parceria escola, sociedade e ciência, pode-se enfim dar dignidade a essas pessoas, para que possam conviver plenamente dentro não só das escolas e universidades, mas em qualquer ambiente social.

O motivo pelo qual este tema foi escolhido como objeto de pesquisa ocorreu devido às minhas experiências profissionais, inicialmente como intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), e logo após como cuidadora, pois ao ser observadas algumas atitudes de professores com alunos com deficiência em sala de aula, muitas vezes negligenciando-os, com atividades fora de contexto, por vezes o aluno

tinha uma capacidade de acompanhar a turma, porém o professor (a) lhe dava apenas pintura para fazer, isso me incomodava.

Além dos motivos acima mencionados, tem um ainda mais relevante, quando acompanhei uma estudante com Paralisia Cerebral, e tanto o laudo quanto os professores diziam que ela não entendia o mundo a sua volta, que não via sentido da mesma permanecer na escola, porém não desisti de ajudar no seu desenvolvimento, foi feito todo um trabalho que consistia inicialmente que a estudante permanecesse em sala de aula, depois foram introduzidas pinturas, tracejados além de estímulos na fala, todo nosso empenho resultou em um avanço cognitivo, motor e de comunicação dessa estudante, esse foi o maior motivo que me levou a pesquisar sobre a importância da mediação pedagógica no desenvolvimento desta estudante com Paralisia Cerebral.

Estudos na área reforçam as impressões a partir da experiência com a inclusão e mediação pedagógica, principalmente com profissionais capacitados na área de educação especial numa perspectiva inclusiva, estudantes com PC podem se desenvolver e participar das atividades oferecidas pela escola.

Portanto, a escolha deu-se, primeiro, a partir da experiência de mediação pedagógica junto a uma estudante com PC, segundo, por perceber a partir de estudos na área, especificamente (Vygotsky, 1998, 1995), (Melo; Martins, 2004, 2007), (Nunes, 2013) que destacam respectivamente sobre como a mediação pedagógica pode auxiliar no desenvolvimento de estudantes com deficiência, e como a inclusão é importante para o ápice do desenvolvimento desses estudantes com deficiência, especificamente os com PC, e que é necessário além da disposição e competência dos profissionais da área, a adequação do ambiente escolar, tanto o físico, como rampas e mobiliários, quanto pessoal, ou seja, conscientização dos profissionais que atuam na escola, e que somado estes dois pontos os estudantes com PC só tem a ganhar em desenvolvimento motor, cognitivo e social.

O foco foi observar como o cuidador/a por meio da mediação pedagógica pode contribuir para o efetivo desenvolvimento de uma estudante com PC garantindo sua participação, permanência e aprendizagem na escola regular.

Contudo, é necessário fazer um adendo, a priori, a função do cuidador/a não é atuar na área pedagógica, mas auxiliar nas atividades de vida diária como, alimentação, locomoção e higiene pessoal, porém, a pesquisadora (cuidadora) enquanto docente em formação, observando as lacunas existentes na escolarização da estudante em questão, sentiu-se incomodada ao ponto de agir em favor da estudante e a auxilia-la, muitas vezes buscando estratégias para melhor compreensão da estudante quanto a algumas atividades realizadas na escola.

Para entendermos melhor a função do cuidador (que na Lei Brasileira de Inclusão (LBI) aparece com a nomenclatura “profissional de apoio escolar”), portanto, a referida lei diz em seu artigo 3º, parágrafo 13 que:

XIII - profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas; (Brasil, 2015)

Sendo assim, o cuidador/a não pode e/ou não deve atuar na área pedagógica, pois no texto da LBI, para ser cuidador/a, não se exige um grau específico de escolaridade, tampouco, uma formação acadêmica, porém no âmbito municipal, mais especificamente na cidade de João pessoa, existe uma cartilha direcionada para os cuidadores, onde têm dispostas todas as funções que o cuidador/a deve desenvolver junto ao estudante com Deficiência.

É importante ressaltar, que esta cartilha é direcionada aos cuidadores voluntários que passaram por processo seletivo, instituído pela Lei municipal nº 14.305 de 23/11/2021, (porém ainda existem na rede municipal de ensino, cuidadores prestadores de serviço, que é o meu caso), de acordo essa cartilha, a função que o cuidador deve desenvolver segundo o edital Retificado N° 01/203 são as seguintes:

Prestar auxílio diretamente aos(às) estudantes que possuam deficiência física (cadeirantes e mobilidade reduzida), deficiência intelectual e deficiência visual, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, assistindo-os(as) quando comprovada a necessidade, quanto aos cuidados básicos de alimentação, higiene, locomoção, recreação e organização das

condições do ambiente escolar, para realização das atividades orientadas pelo(a) professor(a) de sala de aula regular;

Dependendo do nível de comprometimento dos(as) estudantes público-alvo da Educação Especial, para a realização das atividades de vida diária e pedagógicas, conforme avaliação feita pela equipe da unidade escolar em que estiverem matriculados(as) esses(as) estudantes, o(a) cuidador(a) poderá ser designado para assistir de um a três estudantes;

Acompanhar e auxiliar aos(as) estudantes durante as atividades pedagógicas propostas pelos(as) professores(as) de sala regular, para que possam realizá-las durante as aulas e atividades extraclasses, visando, assim, a efetiva participação pedagógica destes(as) estudantes na unidade educacional (Escola ou CMEI); Contribuir ativamente com o processo de inclusão escolar da unidade e em todas as demandas pedagógicas e/ou administrativas, quando numa emergente necessidade e solicitação expressa pela Equipe Gestora, de Professores (as) do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e/ou Especialistas. (João Pessoa, 2021)

Minha atuação junto à estudante com PC, foi exercendo a função de cuidadora, porém, como dito anteriormente, intervi mediando atividades e também propondo-as, algumas vezes, pois achei necessário visto a complexidade do caso da estudante, ao meu ver, ali não estava havendo inclusão, então em conversa com a professora do Atendimento Educacional Especializado da unidade escolar, decidimos então que, para que a estudante pudesse ter melhorias em seu desenvolvimento, eu poderia mediar algumas situações, por estar estudando pedagogia com aprofundamento em Educação Especial, e assim foi feito, como veremos ao longo deste trabalho.

Foram observados também fatores que facilitam a aprendizagem dessa estudante e auxiliam na eliminação de barreiras físicas e atitudinais, tais como: adaptação de atividades, disponibilidade e/ou produção de recursos destinados às especificidades dela, sua participação ativa em todas as atividades oferecidas pela escola.

Portanto, diante do exposto sobre a educação de pessoas com deficiência em especial, com paralisia cerebral, surge o seguinte questionamento: *Como a mediação pedagógica pode auxiliar no desenvolvimento da aprendizagem de uma estudante com paralisia cerebral?*

Para responder esta pergunta, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar as contribuições da mediação pedagógica junto à uma estudante com paralisia cerebral na escola comum.

E como objetivos específicos:

Conhecer os aspectos do desenvolvimento de uma estudante com paralisia cerebral; Descrever os percursos de aprendizagem de uma estudante com paralisia cerebral a partir da mediação pedagógica; Apresentar estratégias pedagógicas utilizadas para o desenvolvimento de uma estudante com paralisia cerebral.

Os capítulos seguintes deste trabalho estão organizados em: Referencial Teórico, Metodologia, Análise de dados, Conclusão e Referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A pessoa com paralisia cerebral: aspectos gerais da deficiência, limites e possibilidades

Historicamente as pessoas com deficiência eram excluídas da sociedade, abandonadas à própria sorte, alguns eram deixados em Institutos e dependendo da cultura local, chegavam a ser sacrificadas, pois eram tidas como castigo ou maldição, devido a uma visão religiosa. (Nunes, 2013)

Com o passar dos anos essa realidade foi mudando aos poucos, houve muitas lutas para que essas pessoas conseguissem seus direitos, direito a saúde, a tratamentos médicos, auxílios financeiros e a educação. E uma dessas conquistas foi a Declaração de Salamanca, como resultado da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, realizada entre 07 (sete) e 10 (dez) de Junho de 1994, na cidade espanhola de Salamanca, a Declaração de Salamanca trata de princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.

(Espanha, 1994)

Trazendo para o contexto nacional, o artigo 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) diz:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Brasil, 2023).

Também temos a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), que visa assegurar e promover em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (Brasil, 2015), dentre esses direitos, está o direito à educação, assim como diz em seu artigo 27 (vinte e sete):

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo da vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas,

sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (Brasil, 2015)

Ainda no artigo 27 parágrafo único, diz que a família, a sociedade, o Estado e a comunidade escolar devem assegurar educação de qualidade às pessoas com deficiência e coloca-las a salvo de toda e qualquer forma de violência, negligência e discriminação. (Brasil, 2015)

Após fazermos uma breve contextualização histórica de como a pessoa com deficiência era vista ao longo dos anos e algumas Leis que culminou na conquista de direitos para elas, veremos como atualmente a deficiência é vista. O Relatório Mundial Sobre a Deficiência, diz que a deficiência faz parte da condição humana e que quase todas as pessoas alguma vez na vida podem chegar a ter algum tipo de deficiência temporária ou permanente em algum momento de suas vidas, o mesmo relatório destaca também que “a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e barreiras comportamentais e ambientais que impedem sua participação plena e eficaz na sociedade de forma igualitária” (Brasil, 2012), o que corrobora com a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) quando define o que considera ser pessoa com deficiência em seu artigo segundo::

considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (Brasil, 2015)

Percebe-se que pessoas com algum tipo de deficiência, sofrem com o estereótipo e o estigma, onde suas capacidades são à todo momento postas em dúvida e pelo fato de ser “diferente” dos outros ditos “normais” esses sujeitos seguem marcados negativamente durante sua vida, assim nos traz o Relatório mundial Sobre a Deficiência, “[...] os estereótipos e o estigma persistem para pessoas com deficiência no mundo todo. Pois a deficiência é geralmente associada a incapacidade [...]” (Brasil, 2012 p.6).

De acordo com Nunes (2013) *apud* Goffman (1988) “para entender o estigma é fundamental lançar um olhar para a sociedade e não unicamente para o indivíduo” ou seja, os parâmetros impostos pela sociedade tendem a discriminar pessoas com

deficiência, ainda segundo o mesmo autor, o termo estigma é utilizado “[...] em referência a um atributo profundamente depreciativo [...]” (Nunes (2013)).

Ainda de acordo com Nunes (2013) *apud* Goffman (1988) também relata que o estigma é um termo usado pelos gregos:

Termo usado pelos gregos para se referir a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava. Os sinais eram tipicamente feitos com cortes no corpo, indicando que o portador era um escravo, criminoso ou traidor: uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que deveria ser evitada, especialmente em lugares públicos (Nunes, 2013).

Tendo em vista a origem do significado da palavra estigma e toda carga de preconceito por ele disseminado, segundo Leão e Lussi (2021), estigma nada mais é do que o distanciamento que existe entre a aparência da pessoa e o caráter imposto a ela pelos outros tendo em vista o modo como se apresenta visualmente, ou seja, se cria uma expectativa de como a pessoa é e o modo como deveria ser. “Torna-se assim uma linguagem de relações e não especificamente se refere a um atributo físico, psíquico, moral, de raça, nação ou religião”. (Leão; Lussi, 2021)

Para a pessoa com deficiência isso se torna ainda mais acentuado, pois lhes associam incapacidade à sua deficiência, sendo assim essas pessoas sofrem com estereótipos, onde podem ser usados como uma forma depreciativa, ou de forma a minimizá-las.

Junto ao estigma o estereótipo também dificulta a vida das pessoas com deficiência, por tratar-se de um rótulo, uma generalização de algo sem nenhum tipo de fundamento, ou seja, levando em consideração apenas o senso comum, o que é visto externamente, de acordo com Nunes (2013) *apud* Omote (1986/87), Lippiman usou o termo estereótipo para designar “as imagens das nossas cabeças” que se interpõem entre a realidade objetiva e a percepção que temos dela. O estereótipo assim concebido simplifica a complexa realidade, orientando seletivamente a percepção e podendo até distorcê-la. (Nunes, 2013).

Isso fica bem claro em se tratando de pessoas com deficiência, porém, pessoas com paralisia cerebral sofrem com esses pré-conceitos desde a

classificação da deficiência, pois o termo “Paralisia Cerebral” nos remete previamente a algo que não funciona, ou seja, algo paralisado.

Sobre isso Franco (2009) afirma que:

A mais comum delas é atribuir à criança com paralisia cerebral, com comprometimentos motores severos e comprometimentos de fala, por exemplo, a incapacidade mental. Como a criança apresenta dificuldade na linguagem expressiva, seja verbal ou não-verbal, costuma ser estigmatizada e marginalizada no seu processo de aprendizagem e muitas vezes não aceita no espaço escolar regular, por a julgarem deficiente mental. (Franco, 2009)

Associar a pessoa com paralisia cerebral a uma pessoa mentalmente incapaz, como observamos na citação acima, é ter uma visão completamente estigmatizada da deficiência, pois pessoas com Paralisia Cerebral podem desenvolver-se cognitivamente, porém é necessário que sejam estimuladas adequadamente, portanto, para entendermos melhor a Paralisia Cerebral, e como pode ocorrer a mediação pedagógica por parte do mediador/a no sentido de eliminar e/ou diminuir barreiras no contexto escolar para o desenvolvimento dos/as estudantes, é necessário entender que a paralisia cerebral é uma deficiência física, bem como nos traz as seguintes definições dispostas nas leis a seguir:

Podemos definir a deficiência física como “diferentes condições motoras que acometem as pessoas comprometendo a mobilidade, a coordenação motora geral e da Fala, em consequência de lesões neurológicas, neuromusculares, ortopédicas, ou más Formações congênitas ou adquiridas” (Brasil, 2004).

Ainda de acordo com o mesmo decreto:

Deficiência física é “alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando O comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, Paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, Hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida (Brasil, 2004).

Diante de tudo que foi discutido sobre deficiência e pessoa com deficiência e o modo como à sociedade se comporta diante dessas pessoas, o que pode nos ajudar a compreender melhor estes fatos é entendendo que existem modelos sobre como a deficiência é compreendida, portanto, iremos discorrer sobre eles.

Iniciamos falando do modelo biomédico/clínico, que atribuem às causas da deficiência à genética, embriologia, doenças degenerativas, acidentes de trânsito e velhice, sem considerar o contexto em que essas pessoas estão inseridas, levando em consideração apenas o impedimento causado pela deficiência, este modelo é criticado atualmente, pois, considera que a culpa de não conseguir se adaptar aos ambientes e participar de tudo mais que for oferecido pela sociedade é culpa do sujeito com deficiência.

Portanto, o modelo biomédico/clínico desconsidera totalmente as desvantagens sociais, barreiras físicas e atitudinais presentes na sociedade e que afetam diretamente o desempenho desses indivíduos. (Silva, 2021)

A autora também discute sobre o modelo social, de acordo com ela, na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência propaga-se avanços sobre a visão estritamente biomédica, pois a deficiência deixa de ser “relacionada a uma patologia, centrada nas características biológicas do indivíduo e passou a ser considerada questão ambiental, de interação com a sociedade e o ambiente [...]” (Silva, 2021 p. 14), surgindo assim o modelo social da deficiência.

De acordo com Silva (2021) *apud* (Diniz; Medeiros; Squinca, 2007), o modelo social “considera a deficiência como uma variável neutra da diversidade corporal humana”, ou seja, “o modelo social busca compreender o indivíduo em sua integralidade, contextualizando-o em seu ambiente econômico, social, político e cultural. [...]” (Silva, 2021), sendo assim, os problemas relacionados a privação, restrição escolar e produtiva enfrentadas todos os dias pelas pessoas com deficiência só podem ser anulados com mudança no contexto em que estão inseridos, portanto, trazendo para o viés da prática pedagógica e de avaliação, de acordo com o modelo social, são dadas ênfase aos aspectos ambientais e educacionais.

Porém, acaba por anular a pessoa com deficiência, tratando-a apenas como produto do meio, sem levar em consideração que esses indivíduos também são produtores de sua própria realidade, porém, limitados pela deficiência, que o ambiente influi positivamente ou negativamente para seu desenvolvimento, mas

sendo necessário não só adaptar o ambiente, mas considerar as individualidades de cada uma dessas pessoas. (Silva, 2021 p. 13)

Em 2001 a Organização Mundial da Saúde publicou um novo documento para classificar a deficiência, denominado Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), neste documento estão inclusos aspectos tanto biomédicos quanto social, constituindo-se então o modelo biopsicossocial, onde a deficiência passa a ser compreendida como um fenômeno multidimensional, ou seja, se resulta da interação dos sujeitos e suas características e do contexto social em que ele se encontra.

No modelo biopsicossocial, a prática pedagógica e a avaliação devem focar tanto no desenvolvimento do estudante quanto na organização do ambiente com relação ao âmbito escolar. (Silva, 2021)

De acordo com a mesma autora, o conceito de deficiência apresentado pela CIF e incorporado à Convenção Sobre Direitos da Pessoa com Deficiência, apresenta avanços, pois, “desloca a deficiência do indivíduo em si para a relação/interação com sua atitude e ambiente, elementos esses que podem dificultar ou facilitar a participação social” (Silva, 2021), rompendo assim, com a ideia de limitações, presentes nas pessoas, mostrando que a situação de deficiência pode ser causada pelo ambiente e que se esse ambiente pode fornecer meios para promover autonomia das pessoas com deficiência, como eliminação de barreiras físicas e atitudinais, essas pessoas podem participar plenamente da sociedade e que a capacidade ou incapacidade não está no sujeito, mas na sua interação com ambientes inacessíveis. (Silva, 2021).

Aprofundaremos as discussões sobre Paralisia Cerebral, portanto, para entendermos o início dos estudos sobre PC, Rotta (2002) faz um breve contexto histórico de como a PC foi descrita ao longo do tempo:

Little, em 1843, descreveu, pela primeira vez, a encefalopatia crônica da infância, e a definiu como patologia ligada a diferentes causas e caracterizada, principalmente, por rigidez muscular. Em 1862, estabeleceu a relação entre esse quadro e o parto anormal. Freud, em 1897, sugeriu a expressão paralisia cerebral (PC), que, mais tarde, foi consagrada por Phelps, ao se referir a um grupo de crianças que apresentavam transtornos motores mais ou menos

severos devido à lesão do sistema nervoso central (SNC). (Rotta, 2002).

Contudo, o termo paralisia cerebral soa de forma pejorativa, sendo assim, a PC passou a ser conceituada como Encefalopatia Crônica não Evolutiva da Infância. (Dos Santos, 2014)

Esclarecendo, portanto, como é classificada a paralisia cerebral então veremos o modo como essa deficiência ocorre e suas possíveis causas.

A Paralisia Cerebral pode acontecer ainda em idade fetal ou até os 18 meses de vida, portanto, segundo Pinto, Gonzaga e Lourenço (2022) a paralisia cerebral (PC) é considerada a deficiência mais comum em crianças, podendo apresentar-se de diversas maneiras, dependendo da região do cérebro que foi lesada. O dano no sistema nervoso central pode ocorrer antes, durante ou após o nascimento da criança, sendo as causas mais frequentes:

prematuridade; hipoxia-isquêmica; infecções congênitas (durante a gestação), como rubéola, citomegalovirose, toxoplasmose, sífilis, herpes e HIV, entre outras; incompatibilidade de fator RH; meningoencefalites; traumas cranioencefálicos e semiafogamentos (Nunes, 2013)”.

Ainda segundo a mesma autora, a paralisia cerebral caracteriza-se, em função do tipo e da localização da alteração motora, podendo então ser dividida em cinco classes: Espástica: forma mais frequente, pode ser quadriplégica (nos quatro membros), hemiplégica (um lado do corpo) e diplégica (maior acometimento dos membros inferiores). A criança apresenta espasticidade em graus variados, movimentos mais lentos e fraqueza muscular; Discinética: a criança apresenta movimentos involuntários, tônus flutuante incoordenação motora; Atáxica: forma pouco comum, caracteriza-se por hipotonia, incoordenação motora e tremor intencional; Hipotônica: atraso significativo do desenvolvimento e Mista: associação entre os tipos acima mencionados. (Nunes, 2013)

As pessoas com paralisia cerebral têm o comprometimento motor, postural e cognitivo, a paralisia cerebral se constitui por alterações do tono, da motricidade e das posturas, em consequência da anormalização do desenvolvimento funcional da motricidade, ou seja, as alterações na parte motora causada pela Paralisia Cerebral,

é acompanhada com frequência, por distúrbios de sensação, percepção, cognição, comunicação, comportamento, por epilepsia e por problemas musculoesqueléticos secundários. (Dos Santos, 2014)

Sobre isto, Vilibor e Vaz, (2010), dizem que muitas crianças com paralisia cerebral além do atraso motor, apresentam outros problemas, como: convulsões, disfagia, surdez, deficiências visuais e outras deficiências perceptuais, mas destaca que nem sempre a paralisia cerebral vem associada a outras deficiências, pois como já foi dito, os indivíduos com PC são heterogêneos e o comprometimento motor e cognitivo vai depender a área do sistema nervoso central que foi acometida pela lesão.

O que pode ocasionar um alto comprometimento da criança, dificultando sua vida dentro e fora do âmbito escolar, sendo esses os limites para o indivíduo com paralisia cerebral, porém, para além dos limites existem também as possibilidades, o que as pessoas com PC são capazes de aprender e como podem se desenvolver, necessitando para isso, da interação com um ambiente rico e com interações sociais intensas, ou seja, com o constante incentivo e estimulação por parte da família, equipes multiprofissionais e cuidadores. (Vilibor; Vaz, 2010).

De acordo com os mesmos autores o desenvolvimento motor ou motricidade e o desenvolvimento cognitivo da criança com paralisia cerebral estão correlacionados, e que o desenvolvimento cognitivo é mais afetado nos casos onde a motricidade é menos desenvolvida, ou seja, quanto mais a parte motora é afetada, menos a criança vai desenvolver-se cognitivamente. (Vilibor; Vaz, 2010)

Ora sabendo que a motricidade é:

motricidade configura-se como processo, cuja constituição envolve a construção do movimento intencional a partir do reflexo, da reação mediada por representações a partir da reação imediata, das ações planejadas a partir das simples respostas a estímulos externos, da criação de novas formas de interação a partir da reprodução de padrões aprendidos, da ação contextualizada na história – portanto, relacionada ao passado vivido e ao futuro projetado – a partir da ação limitada às contingências presentes. Esse processo ocorre, de forma dialética, nos planos filogenético e ontogenético, expressando e compondo a totalidade das múltiplas e complexas determinações da contínua construção do homem. (Filho, 2002, p. 31-2.).

Sua construção se dá entre as relações biológicas e sócio-históricas, pois quando bebê começa a relacionar-se com o mundo após o nascimento, o que inicialmente acontece por meio de movimentos e reflexos, e é necessário que sejam estimuladas desde cedo.

Sobre isto Filho (2010) reforça o entendimento sobre como os movimentos voluntários e involuntários vão surgindo e enfatiza que para melhor desenvolvimento desses reflexos, a criança precisa ser estimulada ainda bebê, principalmente se for pessoa com paralisia cerebral, que tem um maior comprometimento dos movimentos corporais, portanto, veremos o modo como são construídos os movimentos involuntários,

Tais movimentos são chamados de involuntários por serem controlados por vias nervosas subcorticais (cerebelo, vias extrapiramidais, formação reticular e outras), e dependem da quantidade e da qualidade dos estímulos sensoriais que a criança recebe. (Filho, 2010)

Ou seja, se uma criança recebe muitos estímulos, sejam eles táteis (toque de outras pessoas, contato direto com objetos, superfícies e texturas variadas), visuais (cores, luzes, movimentos) sonoros (vozes humanas, músicas, sons de chuva, animais), e estímulos olfativos e gustativos, a criança vai criando um repertório com uma gama variada de conhecimentos e estímulos, com isso, essa criança está propensa a ter um maior e melhor desenvolvimento do que aquelas que recebem poucos estímulos. (Filho, 2010)

Já a construção dos movimentos voluntários emerge do:

Desenvolvimento da criança num meio social, abre ao indivíduo novas possibilidades de interação, nas quais e pelas quais sua motricidade vai se tornando mais complexa. No convívio familiar, a criança vai aprendendo formas específicas de movimentos e habilidades consideradas necessárias e desejáveis para a sobrevivência e as relações sociais – como alimentar-se, vestir-se, cuidar da higiene, sentar-se, cumprimentar outras pessoas, realizar tarefas simples da vida diária, etc. (Filho; 2010).

Portanto, de acordo com a mesma autora, a motricidade está ligada intimamente ao cognitivo dos indivíduos, ou seja, a aprendizagem, portanto em se

tratando de crianças com paralisia cerebral, é importante estimular essas crianças ao máximo, para que possam desenvolver-se e terem maior autonomia, já na escola.

Por isto, Melo; Martins (2007) destacam que o ambiente escolar pode sim, favorecer o processo de aprendizagem de estudantes com PC, pois possibilita que se desenvolvam suas potencialidades, sendo assim, é necessário que o ambiente escolar seja diversificado, para que os estudantes com PC possam atingir o pleno desenvolvimento humano, e se prepararem para exercer a cidadania. Tendo em vista que os estudantes com PC já possuem os limites corporais e/ou cognitivos impostos pela deficiência, cabe aos educadores eliminar as barreiras que os cercam e oferecer possibilidades para seu desenvolvimento.

Sendo importante que esses estudantes quando forem inclusos na escola comum, tem suporte adequado, permitindo assim seu desenvolvimento escolar, pois esses indivíduos vão necessitar de recursos pedagógicos adaptados, adaptações no ambiente físico e adequações no mobiliário da escola, pois só assim poderão participar plenamente de todo ambiente escolar. (Melo; Martins, 2007).

Todavia, é necessário refletir sempre sobre a importância que os ambientes e os profissionais da educação têm no desenvolvimento de estudantes com PC, pois as relações desses estudantes com o ambiente escolar podem significar avanço ou retrocesso em sua trajetória.

2.2 Inclusão escolar de estudantes com Paralisia Cerebral

A teoria do desenvolvimento humano de Vygotsky, conhecida como teoria sociocultural, destaca a importância das interações sociais e do ambiente sociocultural no nosso desenvolvimento cognitivo. Ele acreditava que o desenvolvimento não ocorre apenas a nível individual, mas é moldado pelo contexto social e cultural em que o indivíduo está inserido. (Vygotsky; 1998).

Segundo Vygotsky, as crianças nascem com habilidades mentais básicas, mas é através da interação com adultos mais experientes, com seus pares e com o ambiente, que elas se desenvolvem cognitivamente.

Sobre isso destaca Leite:

Ao nascer, a criança possui alguns reflexos e, aos poucos, com a interação com seu grupo social, observa-se o surgimento de algumas habilidades. Nesse processo, a criança adquirirá o controle sobre seu comportamento e desenvolverá o pensamento. Sublinha-se que tudo isso só é possível com a interação com outras pessoas, isto é, os processos psicológicos mais complexos surgem a partir da interação entre a criança e mundo social. (Leite, 2019)

Vygotsky chama de zona de desenvolvimento proximal (ZDP), que é a diferença entre o que a criança é capaz de fazer sozinha e o que ela é capaz de fazer com o auxílio de um mediador. Ele divide o desenvolvimento humano em duas zonas, a Zona de desenvolvimento real (ZDR) e a Zona de desenvolvimento proximal (ZDP).

De acordo com Lima (2020, p. 3), a zona de desenvolvimento real (ZDR) trata-se de um problema ou situação que determinado indivíduo é capaz de resolver sozinho, a exemplo de quando a criança reconhece os números, porém não sabe utilizá-los no seu dia a dia, sendo então no ambiente escolar que ele vai compreender como utilizar os números, com o auxílio da mediação pedagógica.

Já a Zona de desenvolvimento proximal (ZDP), trata-se das habilidades e competências que a criança ainda não pode executar de forma independente, mas que pode alcançar com a assistência e orientação de um adulto mais habilidoso ou de um par mais competente. É o nível de desenvolvimento que está próximo de emergir na criança e pode ser alcançado com a ajuda de um mediador.

Portanto destaca-se que:

(ZDP) é a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes (Vygotsky, 2015a, p. 97).

A Zona de desenvolvimento proximal é importante para Vygotsky, pois ele ressalta que não se deve levar em conta apenas o desenvolvimento real da criança, ou seja, aquilo que ela é capaz de realizar sozinha, “[...] mas também seu nível de desenvolvimento potencial. Isto é: o que a criança é capaz de desempenhar e

realizar com a ajuda de pessoas adultas ou pares mais capacitadas” (Oliveira; 2013).

Em se tratando de pessoas com deficiência Leite ressalta que:

É na ZDP que a presença de outros indivíduos é mais transformadora. Quando se compreende a existência do desenvolvimento real e proximal e a importância de atuar na ZDP, atua-se de modo que o indivíduo possa avançar, tornando-se alguém capaz, que pode ir além das suas limitações. (Leite; 2019)

Dá a importância do mediador para o desenvolvimento das crianças sejam elas com ou sem deficiência, pois para Vygotsky o papel do educador é identificar a zona de desenvolvimento proximal da criança e fornecer as intervenções e os desafios apropriados para promover o desenvolvimento.

A mediação pedagógica envolve o uso de ferramentas e estratégias para ajudar os alunos a desenvolverem habilidades cognitivas, como resolução de problemas e pensamento crítico, ou seja:

A principal função do mediador é ser o intermediário entre a criança e as situações vivenciadas por ela, onde se depare com dificuldades de interpretação e ação. Logo, o mediador pode atuar como intermediário nas questões sociais e de comportamento, na comunicação e linguagem, nas atividades e/ou brincadeiras escolares, e nas atividades dirigidas e/ou pedagógicas na escola (Mousinho; Mesquita; Pereira; Mendes; Sholl; Nóbrega, 2010)

O mediador deve assumir um papel de apoio para o/a estudante com deficiência, para assim, facilitar a inclusão dele/a no processo educacional, pois muitas vezes sem uma pessoa para dar o devido suporte nessa relação de um para um, pode desestruturar tanto o aluno com deficiência quanto a escola, tendo em vista que a presença do mediador na vida escolar de estudantes com deficiência tem um papel primordial tanto nas questões de cuidados de vida diária, quanto na realização das atividades escolares. (Mousinho; Mesquita; Pereira; Mendes; Sholl; Nóbrega, 2010)

Além disso, a mediação pedagógica deve ser sensível às diferenças e necessidades individuais dos alunos, isso significa que os mediadores devem adaptar suas estratégias de acordo com as características de cada aluno, oferecendo suporte adequado e ajudando-os a avançar em seu aprendizado,

Vygotsky destacou a importância da avaliação e intervenção individualizada, reconhecendo que cada criança possui características e necessidades únicas, ele enfatizava que a intervenção adequada poderia permitir que as crianças superassem suas dificuldades e alcançassem seu potencial máximo de desenvolvimento.

Vygotsky (1995) acreditava que as dificuldades de aprendizagem e as deficiências não eram atribuíveis apenas a características individuais, mas também ao contexto social e cultural em que a criança está inserida ele também ressaltava que as dificuldades de aprendizagem eram resultado da falta de ajuste entre as habilidades e necessidades da criança e o ambiente educacional, por isso propôs que o papel do educador era o de fornecer suporte adequado às necessidades individuais da criança, utilizando estratégias de mediação para promover seu desenvolvimento.

Sendo assim:

“A educação das crianças com diferentes defeitos deve basear-se no fato de que simultaneamente com o defeito estão dadas também as tendências psicológicas de uma direção oposta; estão dadas as possibilidades de compensação para vencer o defeito e de que precisamente essas possibilidades se apresentam em primeiro plano no desenvolvimento de crianças e devem ser incluídas no processo educativo como sua força motriz” (Vygotsky, 1995, p. 32).

A citação acima ressalta que devemos manter o foco em apresentar possibilidades para os estudantes com deficiência, e que essas possibilidades é que dever ser a força a impulsionarmos no processo educativo e não a dificuldade causada pela deficiência. A abordagem focada no desenvolvimento de soluções e apoio às necessidades individuais continua a ser relevante no âmbito da educação inclusiva.

No Brasil a inclusão de alunos público-alvo da educação especial (pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades), na rede regular de ensino se deu a partir de diversas discussões na década de 1990 e da implementação de um sistema educacional inclusivo, e teve maior sustentação ao decorrer da década de 2000 sendo então legitimada com a proposta da Política

Nacional na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) no ano de 2008, Antes desse período, houve o modelo integracionista, como afirmam Melo; Martins (2004):

[...] o aluno com deficiência passa a ter acesso à escola regular, à luz do paradigma da integração escolar, desde que tivesse condições de se adaptar a ela. Caso isso não ocorresse, seria encaminhado a outras modalidades especializadas, como por exemplo, à classe especial ou à escola especial. (Melo; Martins, 2004)

Como afirma a citação acima, no modelo integracionista, a pessoa com deficiência que tinha que adaptar-se aos ambientes, já no modelo de inclusão, é a sociedade que precisa garantir que essas pessoas tenham acesso aos ambientes, inclusive o ambiente escolar.

Contudo, sabemos que quando se trata da educação de minorias, é preciso haver lutas para que essas pessoas tenham acesso efetivamente ao que lhes é de direito, pois na Constituição Federal de 1988 já traz como um de seus objetivos fundamentais que a educação deve ser para todos, assim como está descrito abaixo:

“promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, como um dos princípios para o ensino e, garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).(Brasil 1988 e 2008)

Notamos que na constituição já dá direito para que todos tenham acesso a educação, porém, na prática não era cumprido que ali estava disposto, necessitando então que houvessem diversos movimentos para que chegássemos ao nível de inclusão que temos hoje, resultando em documentos importantes para a causa como no contexto mundial temos a Declaração de Salamanca e a nível nacional algumas delas são a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146, de 6 de

julho de 2015, estes documentos tratam de como deve ocorrer a educação das pessoas com deficiência no ensino regular.

Segundo a Declaração de Salamanca (Espanha, 1994) as pessoas com deficiência têm direito a educação, com escolas e professores (as) preparados para recebê-las, de forma acolhedora e justa, sem distinção, a referida declaração veio para lutar por equidade, e dar dignidade a essas pessoas, sendo assim um documento de extrema importância para a educação inclusiva a nível mundial.

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (Espanha, 1994, p. 17-18).

No contexto nacional temos a Lei 13.146 de 06 de julho de 2015, conhecida como a Lei da inclusão que ressalta em seu artigo 27:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. Parágrafo único: É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação (Brasil, 2015).

Portanto, trazendo para o contexto da escolarização de pessoas com PC e de acordo com Pinto, Gonzaga e Lourenço (2022, p. 620), as crianças com Paralisia Cerebral representam uma boa parcela do alunado no Brasil, sendo assim, é preciso compreender como se dá a escolarização desses indivíduos, o modo como aprendem, o que é preciso para que eles tenham acesso e permaneçam nas instituições de ensino.

Sobre isto Melo e Martins (2007) dizem que é importante questionarmos o modo como as escolas têm se estruturado para receber e atuar com esse alunado, pois entende-se que o fato de o estudante ter acesso a instituição de ensino, não garante que esses mesmos estudantes com deficiência estão tendo acesso ao suporte

necessário para o seu desenvolvimento no processo de ensino-aprendizagem. (Melo; Martins, 2007).

Para que os estudantes com paralisia cerebral tenham acesso, permaneçam e se desenvolvam cognitivamente é necessário ainda discutir sobre acessibilidade e barreiras, pois esses dois pontos podem implicar negativamente na vida dessas pessoas, não só na escola, mas fora dela também, para tanto, de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão de 2015 dispõe que: “Art. 53. A acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social.” (Brasil, 2015).

E ainda de acordo com a ABNT-NBR 9050,

Acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. (Brasil, 2020)

A acessibilidade pode abranger diferentes aspectos, como acessibilidade arquitetônica (que garante a existência de rampas, elevadores, banheiros adaptados, por exemplo), acessibilidade comunicacional (que garante à disponibilização de informações em formatos acessíveis, como audiodescrição, legenda, além do uso de linguagem clara e simples), acessibilidade digital (que visa tornar sites, aplicativos e outras plataformas online acessíveis através do uso de tecnologias assistivas) e acessibilidade atitudinal (que promove uma atitude inclusiva e respeitosa em relação às diferenças e necessidades das pessoas).

Trazendo para realidade do âmbito escolar, é necessário que as escolas estejam preparadas para receber esses alunos, e mais, que isso lhes possibilitem autonomia dentro do ambiente escolar, portanto:

[...]os sistemas de ensino a responsabilidade de garantir que nenhum aluno seja discriminado, de reestruturar as escolas de ensino regular, de elaborar projeto pedagógico inclusivo, de implementar propostas e atividades diversificadas, de planejar

recursos para promoção da acessibilidade nos ambientes e de atender às necessidades educacionais especiais, de forma que todos os alunos tenham acesso pleno ao currículo. (Dutra e Griboski, 2006, p. 21)

Considerando que a pessoa com deficiência é aquela que tem impedimento de longo prazo de naturezas, física, mental, intelectual ou sensorial, e sua interação com barreiras, pode obstruir sua participação efetiva na sociedade (Brasil, 2015).

Ainda de acordo com LBI, em seu artigo 3º que trata de acessibilidade, destaca em seu parágrafo IV que barreiras são qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que possa limitar ou impedir a participação social de uma pessoa, portanto destaca-se que os principais tipos de barreiras são:

- a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;
- c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;
- d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
- e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
- f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias; (Brasil, 2015)

Sendo assim é necessário estar atento, principalmente no contexto escolar, a barreiras que estejam impedindo a plena participação de estudantes com deficiência nas atividades escolares, sobretudo os/as estudantes com PC, que tem pouca ou nenhuma mobilidade e depende que os locais sejam acessíveis para que ocorra sua plena participação no meio escolar.

Levando em consideração o que foi dito sobre a escolarização (segundo Macedo (2006, p.1), está relacionado à ação ou efeito de sujeitar-se ao ensino escolar) de alunos com PC, é sabido que a Lei 13.146 de 06 de julho de 2015 assegure o acesso, a permanência, a participação e o aprendizado dos mesmos

nas escolas de ensino regular, todavia a escolarização de alunos com PC apresenta desafios que vão desde a questão motora, a falta de acessibilidade e de metodologias adequadas para a inclusão no ambiente escolar. (Pinto, Gonzaga e Lourenço, 2022, p.221)

Ainda de acordo com os mesmos autores é importante fazer a ressalva de esse grupo de alunos é composto por indivíduos diversos, ou seja, o modo como são afetados pela lesão no cérebro varia de acordo com o local atingido, e que suas demandas escolares vão além daquelas estritamente relacionadas à acessibilidade física, isto posto, compreende-se então que “[...] a presença de necessidades complexas de comunicação, de distúrbios cognitivos, de distúrbios sensoriais, entre outros, também podem estar presentes e requerem atenção para a organização e a oferta de estratégias pedagógicas [...]” (Pinto, Gonzaga e Lourenço, 2022 p.621).

Para tanto, dentro do contexto escolar, temos o Atendimento Educacional Especializado (AEE), trata-se de um serviço da modalidade da Educação Especial, e é oferecido pelos sistemas, públicos de ensino ou por instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, que tem o objetivo de eliminar barreiras que possam interferir, prejudicar, o processo de escolarização de estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação nos sistemas educacionais inclusivos. (Massaro; Silva, 2021).

O AEE compreende em oferecer atendimentos especializados oferecidos preferencialmente no contraturno, que irão complementar o ensino de pessoas com deficiência e pessoas com transtornos globais do desenvolvimento e suplementar, o ensino de pessoas com altas habilidades e superdotação, porém é importante ressaltar que o Atendimento Educacional Especializado não substitui o ensino regular e que para o estudante matricular-se no AEE não necessita de um laudo, sendo este, um atendimento de cunho pedagógico e não clínico, podendo então ser utilizado o laudo como um suporte para obter mais informações sobre o estudante, e que a matrícula no Atendimento Educacional Especializado não é compulsória, portanto, caso a família ou o estudante não queiram ter acesso ao AEE, basta assinar um termo de desistência. (Massaro; Silva, 2021).

O AEE tem como finalidade atingir os seguintes objetivos:

- I - Prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
- II - Garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e IV - Assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino. (Brasil, 2011, p. 2).

Sendo assim, além de eliminar as barreiras arquitetônicas e atitudinais, deve-se assegurar a participação, aprendizagem e permanência desses indivíduos no ambiente escolar e para tanto, garante-se que os mesmos tenham acompanhamento dentro da escola por profissionais capacitados, dentre estes destacam-se professores da sala de aula regular, psicólogos, cuidadores, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) que deve disponibilizar um professor que atenda as características dispostas no Plano Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva-PNEEPEI, que são elas: ter formação inicial e continuada na área de Educação Especial,

Esta formação deve contemplar conhecimentos de gestão de sistema educacional inclusivo, tendo em vista o desenvolvimento de projetos em parceria com outras áreas, visando à acessibilidade arquitetônica, os atendimentos de saúde, a promoção de ações de assistência social, trabalho e justiça. (Brasil, 2008 P. 17-18)

De acordo com Massaro; Silva (2021), o professor do AEE não necessariamente precisa ficar restrito a sala de recursos multifuncional, mas pode e deve atuar em todo o ambiente escolar, e junto com a família dos estudantes com deficiência, no ambiente escolar ele pode atuar juntamente com o professor regular, no chamado ensino colaborativo, onde ambos dividem a responsabilidade da prática pedagógica em turmas heterogêneas, planejando, executando e avaliando atividades em comum acordo, também existe a consultoria colaborativa, onde o professor do AEE e um profissional de outra área orientam o professor da sala de aula regular sobre a escolarização de estudantes com necessidades educacionais

especiais, nesses dois modos o atendimento é feito na sala comum, sem a necessidade do estudante ir para a sala de recursos.

Porém para pensar em estratégias no intuito de melhorar a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação é necessário que o professor do AEE conheça as individualidades dos estudantes por ele assistidos, sendo assim, é primordial observar o comportamento e desempenho em sala de aula, o que pode ser feito pelo professor/a da sala comum e repassado para o professor/a do AEE e também pela anamnese realizada com a família de cada estudante, assim, o professor poderá traçar estratégias para complementar e/ou suplementar o ensino desses estudantes. (Massaro; Silva, 2021).

Cabe ao professor do Atendimento Educacional Especializado elaborar e executar o Plano do Atendimento Educacional Especializado em articulação com os professores do ensino regular, com a participação da família e em interface com os outros de setores da sociedade (Brasil, 2008; 2009).

A sala de Recursos Multifuncionais já dispõe de alguns recursos oferecidos pelo poder público, porém, o professor do AEE pode desenvolver recursos que são pensados de acordo com as necessidades e realidades do seu público, em se tratando de alunos com paralisia cerebral, a aprendizagem desses estudantes depende também e não só delas, as Tecnologias Assistivas (TA).

elas englobam adequação postural, comunicação alternativa e ampliada, acesso ao computador e suas adaptações, acessibilidade do ambiente, adaptação de atividades escolares adaptação de equipamentos de lazer e recreação e transporte adaptado (Bersh; Pelosi, 2006)

Sendo assim a Tecnologia Assistiva é considerada como:

uma área de conhecimento de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços para promover a funcionalidade de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (Brasil, 2009, p. 9).

Trazendo para o contexto escolar a TA é disposta como uma das ferramentas que facilitam o processo de aprendizagem de alunos com deficiência ou

incapacidade, juntamente com o suporte didático e pedagógico utilizados pela própria, rede de ensino. (Galvão; Cavalcanti, 2021).

Será abordado neste trabalho o uso das tecnologias assistivas direcionadas para o estudante com deficiência física, mais especificamente com Paralisia Cerebral, que dependem muito da tecnologia assistiva no seu dia a dia dentro e fora do âmbito escolar, portanto, segundo Galvão e Cavalcanti (2021) *apud* Bersh e Pelosi, (2006): “O desafio é traçar estratégias para modificar a tarefa/atividade ou o material/ferramenta e torná-los acessíveis a partir da valorização das habilidades do aluno, ampliando a sua capacidade de interação e envolvimento ativo” (Galvão; Cavalcanti, 2021).

As mesmas autoras trazem alguns exemplos de tecnologias assistivas para serem usadas no ambiente escolar, tanto na sala de aula, quanto na hora da alimentação e recreação, são eles:

adaptações para a escrita como os engrossadores de lápis e a pulseira imantada que estabiliza o punho; ou adaptações para atividades de recorte como as tesouras adaptadas. Também são comuns as pranchas temáticas e as pranchas de comunicação alternativa com figuras ou símbolos de tamanhos diversos; além de produtos para atividade de vida diária, como os copos com alça, talheres angulados e pratos com bordas elevadas que assistem durante as refeições no recreio; entre outros recursos como jogos e brinquedos adaptados. (Galvão; Cavalcanti, 2021)

Também são utilizados alguns dispositivos assistivos, para o uso do computador com acesso adaptado, pode-se adquirir o teclado tipo colmeia, para facilitar a digitação, teclados virtuais acionados por varredura, mouses com cliques de acionamento pelos movimentos de puxar, soprar, comando de voz, bater ou por movimento da cabeça ou uso de ponteiras, mobiliários escolar como mesas e cadeiras também devem ser adaptados e adequados, (estes de acordo com a necessidade do estudante, levando em conta, que este estudo é voltado para o estudante com PC, portanto essas adaptações se darão de acordo com suas particularidades). (Galvão; Cavalcanti, 2021 *apud* Rocha; Deliberato; Araújo, 2015).

A adequação do mobiliário auxilia na manutenção da atenção, favorece a aprendizagem e garante conforto. Acessórios para auxiliar na adequação da postura sentada como apoio para a cabeça, laterais de tronco, apoio para os pés, cintos de

posicionamento, assentos anatômicos, recorte no tampo de mesa, entre outros são recursos que devem ser observados em conjunto com os professores ou cuidadores (Galvão; Cavalcanti, 2021).

De acordo com Galvão; Cavalcanti (2021) para estudantes com dificuldades na fala e escrita, podem ser usadas pranchas de comunicação que podem ser feitas pelo professor especializado utilizando simbologia gráfica, por meio de *software Boardmaker* com o *Picture Communication Symbols* (PCS) – disponível na sala de recursos multifuncionais, e em conjunto com o estudante, considerando a rotina de cada um que necessite dessa tecnologia, também é importante destacar que existe um site gratuito o ARASAAC¹ que oferece recursos gráficos e materiais adaptados para facilitar a comunicação e a acessibilidade cognitiva das pessoas que por diferentes razões apresentam dificuldades nessas áreas e que impede a sua inclusão em qualquer domínio da vida cotidiana, o site dispõe de diversos criptogramas para viabilizar a Comunicação Suplementar e Alternativa.

Ou seja:

Os símbolos, as letras, as palavras escritas como forma alternativa de comunicação facilitam a expressão dos desejos, sentimentos, dúvidas e estimula a interação entre os colegas e professores, aumentando a participação dos educandos. (Galvão; Cavalcanti, 2021)

Esse último trata-se da comunicação suplementar e aumentativa, ela pode ser utilizada pelos estudantes para suplementar sua fala ou substituí-la a depender do caso, mas não quer dizer que ela vai inibir o uso da fala, ou seja, da comunicação oral, mas dá suporte ao desenvolvimento da linguagem e desenvolve competências as quais são necessárias para sustentar a participação do estudante em outros níveis da educação. (Galvão; Cavalcanti, 2021 *apud* Beukelman; Mirenda, 2005) Podemos citar ainda como parte de tecnologias assistivas o uso dos:

Recursos como andadores, muletas, cadeira de rodas auxiliam na mobilidade dos alunos com deficiência física. E, para garantir o deslocamento nos diferentes espaços (sala de aula, cantina, biblioteca, por exemplo) a acessibilidade deve estar de acordo com as normativas para garantir rotas acessíveis (ABNT, 2015).

¹ ARASAAC, disponível em: <https://arasaac.org/>

Além das Tecnologias Assistivas, deve haver parceria dos professores e profissionais da educação inclusiva com os professores da sala de aula regular, para que assim ocorra o ápice da aprendizagem dos alunos com Paralisia Cerebral, dentre esses profissionais, além do professor da sala de aula regular e do professor do AEE, também existe outro/a, o que acompanha mais de perto e que tem mais contato com o aluno com PC que é o/a cuidador/a, ainda é pouco falado sobre o cuidador e suas atribuições, não é uma profissão regulamentada e cada estado e município do país o contrata de acordo com seus critérios.

Na LBI no seu artigo 28, parágrafo VI, o cuidador é citado brevemente coma a nomenclatura profissional de apoio: “XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;” (Brasil, 2015)

Ainda sobre o/a cuidador/a, na cidade de João Pessoa-PB este profissional ainda agrega mais algumas demandas junto ao estudante por ele assistido, assim está disposto no Termo de adesão do processo seletivo realizado pela Secretaria de Educação de João Pessoa, Lei N° 14.305 de 23 de novembro de 2021, desenvolvido pela Secretaria de Educação e Cultura do município de João Pessoa-SEDEC (João Pessoa, 2021)

Prestar auxílio diretamente aos(às) estudantes que possuam deficiência física (cadeirantes e mobilidade reduzida), deficiência intelectual e deficiência visual, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, assistindo-os(as) quando comprovada a necessidade, quanto aos cuidados básicos de alimentação, higiene, locomoção, recreação e organização das condições do ambiente escolar, para realização das atividades orientadas pelo(a) professor(a) de sala de aula regular;

Dependendo do nível de comprometimento dos(as) estudantes público-alvo da Educação Especial, para a realização das atividades de vida diária e pedagógicas, conforme avaliação feita pela equipe da unidade escolar em que estiverem matriculados(as) esses(as) estudantes, o(a) cuidador(a) poderá ser designado para assistir de um (1) a três (3) estudantes;

Acompanhar e prestar auxílio aos(às) estudantes durante as atividades pedagógicas, para que possam realizar as atividades cotidianas e as propostas pelos(as) professores(as) durante as aulas e atividades extraclasse, visando, assim, a efetiva participação pedagógica destes(as) estudantes na unidade educacional (Escola ou CMEI);

Contribuir ativamente com o processo de inclusão escolar da unidade e em todas as demandas pedagógicas e/ou administrativas, quando numa emergente necessidade e solicitação expressa da Equipe Gestora, de Professores(as) do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e/ou Especialistas. (João Pessoa, 2021 p.8-9)

Pelo que dispõe no documento acima citado, o cuidador deve auxiliar o estudante para além das atividades de vida diária (AVD,s), e ainda dar suporte pedagógico a medida em que lhe incumbem de auxiliar o estudante a realizar suas atividades pedagógicas elaboradas pelo professor da sala comum, porém, é necessário retomar o que já foi discutido neste trabalho, a função do cuidador disposta na LBI, que traz o cuidador como “profissional de apoio escolar” é:

XIII - profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas; (Brasil, 2015)

Portanto, pelo que podemos observar, ao/a cuidador/a não é necessariamente atribuído que ele tenha uma formação específica para atuar na área, o que imediatamente nos remete a questionar se ele tem competência para auxiliar estudantes pedagogicamente, ou seja, acreditamos que não necessitamos especificamente deste profissional nas escolas, mas que é necessário que haja mais professores especializados atuando junto aos estudantes com deficiência.

Todavia, podemos perceber que a escolarização de alunos com PC depende de uma rede que esteja funcionando em harmonia com objetivo de eliminar barreiras arquitetônicas e atitudinais oferecendo a eles/as possibilidades para que tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem que os alunos típicos, ou seja, os que não possuem nenhuma deficiência, é preciso que foquemos nas habilidades desses alunos e não na deficiência, só assim ocorrerá o desenvolvimento completo desses alunos. (Leite, 2021).

Ora, sabendo que crianças com Paralisia Cerebral tem seu desenvolvimento motor e cognitivo comprometidos pela lesão no sistema nervoso central, é necessário que se desenvolvam estratégias para dar melhor qualidade de ensino e

permanência dessas crianças na escola, pois sua aprendizagem se dá através da exploração do meio em que está inserida, da manipulação de objetos, repetições de ações e do domínio do próprio esquema corporal. (Alves, 2015).

Diante da complexidade e dificuldade de aprendizagem a criança com paralisia cerebral, por vezes, faz-se necessário à mediação pedagógica com o uso de recursos, como mostrado ao longo desse capítulo, para facilitar a aprendizagem e desenvolvimento tanto motor, quanto cognitivo do/a estudante com PC.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo apresentaremos a metodologia utilizada para a realização desta pesquisa, que teve como objetivo analisar as contribuições da mediação pedagógica junto à uma estudante com paralisia cerebral na escola comum. Logo após, iremos expor os dados coletados durante a pesquisa, e mostrar os resultados das intervenções realizadas durante a pesquisa.

3.1 Tipo de pesquisa

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de ordem qualitativa, pois de acordo com Gil (2008) *apud* Miles e Huberman (1994) a pesquisa qualitativa apresenta três etapas que são seguidas na análise de dados: redução (consiste no processo de seleção e posterior simplificação dos dados) [...]; apresentação (consiste na organização dos dados selecionados de forma a possibilitar a análise sistemática das semelhanças e diferenças e seu inter-relacionamento) [...] e conclusão/verificação (consiste em revisar para considerar o significado dos dados, suas regularidades, padrões e explicações) [...]. (Gil; 2008).

Portanto, para Gil (2008) pesquisas definidas como, estudo de campo, os procedimentos de análise são de natureza qualitativa, para tanto a análise desses dados depende exclusivamente da capacidade e do estilo do pesquisador (a).

Também se configura como um estudo de campo, pois ainda de acordo com Gil “o estudo de campo constitui o modelo clássico de investigação no campo da Antropologia, onde se originou [...] sua utilização se dá em muitos outros domínios, como da Sociologia, da Educação, Saúde Pública e da Administração”. (Gil; 2002)

Portanto, segundo o mesmo autor, o estudo de campo se dá em uma comunidade não necessariamente geográfica, podendo ser, uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana, sendo então, a pesquisa desenvolvida através da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas “[...] esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagens e fotografias”.

No estudo de campo, o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, pois é enfatizada importância de o

pesquisador ter tido ele mesmo uma experiência direta com a situação de estudo. Também se exige do pesquisador que permaneça o maior tempo possível na comunidade, pois somente com essa imersão na realidade é que se podem entender as regras, os costumes e as convenções que regem o grupo estudado. (Gil; 2002)

Este estudo também se caracteriza como pesquisa descritiva, pois ainda de acordo com Gil (2002, p.42) “[...] a pesquisa descritiva têm como objetivo primordial a descrição de características de determinada população ou fenômeno ou, então estabelecer relações entre variáveis. [...]”,

E para atender aos requisitos traçados como objetivos da presente pesquisa, que são eles: Conhecer os aspectos do desenvolvimento de uma estudante com Paralisia Cerebral; descrever os percursos de aprendizagem de uma estudante com Paralisia Cerebral a partir da mediação pedagógica; apresentar estratégias pedagógicas utilizadas para o desenvolvimento de uma estudante com Paralisia Cerebral.

E para aprofundamento foi feito um levantamento bibliográfico, foram feitas buscas em repositórios Acadêmicos, em sites como Scielo e Google Acadêmico, Buscas em revistas especializadas em Educação Especial com os seguintes descritores: Inclusão; Mediação pedagógica e Paralisia Cerebral, onde filtramos autores como: Melo e Martins (2004, 2007); Nunes (2013), Vygotsky (1998, 1995), Pinto; Gonzaga e Lourenço (2022).

Também foram feitas leituras de alguns marcos legais e leituras de capítulos de livros.

O que nos ajudou a compreender aspectos sobre PC, mediação pedagógica, inclusão escolar de pessoas com deficiência, seus direitos e deveres contribuindo assim para a construção desta pesquisa a fim de analisar e compreender melhor o caso escolhido para estudo.

No *locus* da pesquisa foi escolhido um estudo de caso para discussão e apontamentos a respeito da inclusão educacional da estudante com PC, portanto, o estudo de caso trata-se de estudar um caso único ou múltiplos casos, como objetivo

de analisá-lo detalhadamente a fim de obter uma compreensão mais aprofundada sobre ele. (Yin, 2001)

E foram utilizados como elementos de coleta e instrumentos de pesquisa, arquivos pessoais, diário de campo na escola e a observação e participação da pesquisadora na mediação das atividades direcionadas à estudante, no acompanhamento dela em festas e eventos ofertados pela escola no período de observação e na participação em aulas fora da sala regular.

O contato desta pesquisadora com a estudante em questão durou cerca de cinco anos, porém, foram levados em consideração o que foi feito no ano de 2019, no percurso de aprendizagem dela.

3.2 Descrição do caso

3.2.1 Informações gerais sobre o Caso

A experiência ocorreu em uma escola pública localizada no Estado da Paraíba, a referida escola funciona durante os três turnos, sendo o período diurno na modalidade de ensino integral, tendo como público alunos do fundamental II com turmas do 6º ao 9º ano onde pela manhã os alunos têm aulas regulares, no período da tarde funciona tutoria e oficinas, já à noite atende o público da EJA- Educação de Jovens e Adultos.

A escola é ampla, dispõe de grande espaço aberto, sua estrutura física conta com rampas de acessibilidade, quadra poliesportiva, biblioteca, brinquedoteca, sala de informática, sala de vídeo, sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), cozinha, refeitório, direção, sala de especialistas, secretaria, sala dos professores, parquinho com escorrega, 09 salas de aula, 04 banheiros adaptados para os alunos. Funcionam 7 turmas durante o período integral, e quatro turmas da EJA- Educação de Jovens e Adultos entre os ciclos I e VI que funcionam à noite.

Estão matriculados ao todo 267 alunos distribuídos entre o período integral e a EJA, sendo eles 27 alunos público-alvo da Educação Especial. A mesma dispõe de quatro gestores (as), sendo três adjuntas distribuídas uma em cada turno, que são responsáveis juntamente com o grupo de especialistas da escola por acompanhar de perto o desenvolvimento dos alunos/as, ou seja, ajudando a

desenvolver e fazer o acompanhamento dos planos de curso, das atas, trabalha também diretamente com os professores/as para que se alcance o maior objetivo que é o desenvolvimento do aluno dentro do processo de ensino-aprendizagem, ou seja, está diretamente ligado a tudo que diz respeito a aprendizagem do aluno/a. Já a geral é responsável por toda a parte referente ao administrativo da escola, como solicitar funcionários e professores para atender as demandas da escola, toda parte de prestação de contas e ofícios para solicitar serviços e materiais sendo então, a ligação direta entre a escola e a secretaria de educação.

A escola mantém uma boa relação administrativa e pedagógica, trabalhando em sintonia para a busca de melhorias tanto na parte estrutural quanto na parte pedagógica, e essa boa relação se estende à comunidade em que ela está inserida, sendo um ganho para ambos. Além dos gestores, a escola conta com um quadro completo de professores, especialistas e funcionários, segue alguns dados referentes: 01 psicólogo/a, 01 assistente social, 02 orientadores/as pedagógicos/as, 01 supervisor/a escolar, 01 professor/a da sala de recursos- AEE, 01 professor/a de LIBRAS- Língua Brasileira de Sinais, 21 professores das demais disciplinas, conta também com 04 cuidadores/as.

3.2.2 Apresentação do sujeito da pesquisa

Para identificar o sujeito da pesquisa, que se tratou de uma estudante com PC ataxica, utilizarei o nome fictício de Sorriso, ela veio ao mundo no mês de novembro no ano de 1998, é a filha mais velha de dois filhos, em conversa que tive com a mãe de Sorriso, ela me relatou que teve uma gestação tranquila sem nenhum imprevisto, porém na hora do parto ela apresentou dificuldades, segundo as palavras dela:

“minha filha passou da hora de nascer, era pra ser cesariana, mas os médicos insistiram em um parto normal, e eu não estava conseguindo fazer ela nascer, então os médicos fizeram um parto forçado e puxaram ela a ferro” (Mãe de Sorriso, 2018)

Ou seja, foi um parto por *fórceps*, o que levou Sorriso a ser acometida por Paralisia Cerebral, porém, segundo a mãe, os médicos não desconfiaram de que Sorriso poderia ter alguma sequela do parto.

Ainda de acordo com a mãe de Sorriso, ela recebeu alta médica e foi para casa normalmente, mamava no seio sem dificuldades, chorava, enfim, era um bebê aparentemente “normal”, mas aos seis meses de vida, relata a mãe, Sorriso começou a apresentar sinais de que não era uma criança típica, segundo as palavras da mãe de Sorriso:

“Ela não sentava, era molinha, os olhos eram um pouco tortos, salivava muito, comecei a ficar preocupada e procurei ajuda médica” (Mãe de Sorriso, 2018)

Ela relatou que foi encaminhada para o Hospital Universitário Lauro Wanderley (HU) e lá os médicos constataram que Sorriso tinha Paralisia Cerebral causada por hipóxia perinatal, com CID-10: G80 (que indica que a pessoa sofreu transtorno neurológico de desenvolvimento), possui deficiências múltiplas associadas a PC, com CID 10: F79.9 (retardo mental não especificado sem menção de comprometimento do comportamento) E G40 (epilepsia). De acordo com a mãe de Sorriso, ela foi acompanhada no HU, depois foi encaminhada para fazer acompanhamento na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

Com relação ao processo de escolarização da estudante, a mãe dela relata que quando Sorriso completou três anos de idade a colocou em uma escolinha particular, para que segundo ela, a estudante pudesse aprender “alguma coisa” e se desenvolver tendo contato com outras crianças, ela relata que na pré-escola sorriso fazia muitas atividades de pintura, aos seis anos, a estudante foi para a primeira escola pública, e lá permaneceu até o sétimo ano do Ensino Fundamental Anos Finais, em seguida, foi transferida para a escola onde ocorreu a experiência deste trabalho, segundo a mãe da estudante, ela teve recomendações para coloca-la nesta escola, pois lá era referência em educação inclusiva, ou seja, era uma escola polo, tinha uma grande demanda de estudantes com deficiência e dispunha de cuidador (a) para ela.

De acordo com relatos da mãe, antes de chegar à referida escola, Sorriso não era estimulada nem com relação às atividades direcionadas pelos professores, que segundo ela, eram apenas pinturas, ou então não faziam nada, ela simplesmente permanecia na escola sem fazer nada, nem com relação à autonomia e atividades de vida diária, porém ela fala que ao chegar na escola onde estamos

relatando a experiência ocorrida, ela começou a “melhorar” segundo palavras da mãe:

“ela começou a andar melhor, começou a correr o que antes não fazia, começou a pronunciar várias palavras, a apontar o que queria, o que antes não o fazia, só gritava, também começou a interagir com as pessoas a sua volta” (Mãe de Sorriso, 2023)

Sorriso chegou à referida escola para cursar o oitavo ano, pois na outra escola ela nunca havia sido retida, já nesta escola ela permaneceu por cinco anos, três anos no oitavo ano e dois anos no nono ano, segundo a mãe de sorriso, ela e a professora do AEE, optaram por reter a aluna esse tempo, para que pudesse ser feito todo um trabalho com ela, ou seja, ajuda-la a se desenvolver tanto cognitivamente quanto lhe proporcionar autonomia em desempenhar funções em sua vida diária, coisa que durante a escolarização posterior de Sorriso, não foi feito, portanto, segundo a mãe da estudante foi uma decisão acertada e veremos no decorrer deste trabalho os resultados das atividades desenvolvidas com a estudante.

Atualmente a estudante encontra-se no terceiro ano do Ensino Médio e faz acompanhamento no centro de inclusão municipal.

A estudante tem dificuldades de locomoção, mas anda sem precisar de apoio, não verbaliza, ou seja, não consegue formular frases, comunica-se por palavras soltas, ou apontando para o que quer, se caso estiver sentindo dor em algum lugar ela aponta no próprio corpo, caso ela não consiga identificar o local ou o que está sentindo ela leva a mão até a testa e fala a palavra “olha”, ela não é alfabetizada, ou seja, não reconhece letras ou números.

4 ANÁLISE DE DADOS

Neste capítulo serão apresentadas imagens das ações e intervenções realizadas pela pesquisadora junto à estudante com PC, seguidas de relatos de como foram feitas essas intervenções e mediações e a análise cada ação, para tanto, subdividimos este capítulo em quatro categorias as quais iremos discorrer a seguir:

4.1 Relatos sobre as observações

Descrito o campo onde ocorreu o estudo e a identificação do sujeito da pesquisa, neste capítulo iremos situar sobre as observações feitas sobre o desenvolvimento da estudante na escola onde ocorreu este estudo.

Minha chegada à escola foi tranquila, antes do meu primeiro contato com a estudante, a professora do AEE me situou quanto as suas especificidades, me relatou sobre o histórico familiar, das dificuldades cognitivas, de locomoção, comunicação, alimentação e higiene pessoal, de posse dessas informações, tive o primeiro contato com a estudante, ela era arredia, não gostava de contato físico e nem visual, andava com receio e dificuldade, era tímida, precisava (ainda precisa) usar fraldas geriátricas, pois sofre com incontinência urinária. Trabalhar com esta estudante foi um grande desafio, que aceitei como coração aberto e cheio de vontade de fazer a diferença na vida dela.

Porém, foi observado que os profissionais da escola (em sua maioria) quando tiveram contato com a estudante sempre me disseram que não viam sentido a mesma estar ali, que ela não era capaz de aprender nada (referindo-se a conteúdos), com falas capacitistas e estereotipadas sobre a estudante, como já foi discutido no item 2.1 deste trabalho, o estigma e o estereótipo são responsáveis por prejudicar e muito a vida de pessoas com deficiência, pois as menosprezam e as rotulam como incapazes dando ênfase apenas a deficiência sem perceber as potencialidades e a história de vida de cada indivíduo.

Em conversa com alguns funcionários da escola, descobri que a estudante não entrava na sala de aula e passava o dia inteiro sentada no pátio da escola, fato que comprovei ao tentar entrar em sala com a estudante e ela se recusar prontamente. Após o período de um mês a estudante já permanecia em sala, porém

é importante ressaltar que havia dias que ela passava pouco tempo em sala, porém esses dias eram raros.

Já em sala de aula, foi observado que estudante era deixada de lado em praticamente todas as aulas, apenas ficava ali sentada junto a mim, a professora do AEE me orientou a solicitar atividades adaptadas para a estudante, porém raramente os professores preparavam essas atividades, e quando traziam, eram apenas pinturas descontextualizadas do tema trabalhado em sala de aula com os demais estudantes, apenas dois professores/as chegavam perto da estudante, perguntavam como ela estava, os demais fingiam que ela não estava ali.

Os demais estudantes também não se aproximavam de Sorriso, ficavam visivelmente incomodados com a presença dela em sala de aula, pelo que pude observar, esse incômodo se dava principalmente pelos gritos da estudante com PC. Este comportamento prolongou-se por uns seis meses, até que os professores, funcionários e estudantes se “acostumassem” com a presença de sorriso, porém as atitudes relacionadas as atividades pouco mudaram com o passar dos meses.

Com relação às aulas de educação física, a estudante era orientada a ficar no pátio, pois os demais estudantes jogavam futebol e alegavam que poderia machucá-la com boladas, depois de um tempo, o professor propôs um dia na semana dar aula especificamente aos estudantes com deficiência, eles jogavam, corriam mais à vontade, porém, ao meu olhar eles estavam sendo excluídos, porém, as aulas de educação física permaneceram deste modo.

Também foi observado que as pessoas que fazem parte do ambiente escolar não se comunicavam com Sorriso, e me faziam perguntas do tipo: ela entende o que a gente fala? Então, eu respondia: se você não falar diretamente com ela, você nunca vai saber! As pessoas davam risadas, porém ao passar do tempo isso foi mudando, como será mostrado ao longo deste trabalho.

Diante de tantas barreiras impostas à Sorriso, me senti incomodada e culpada, pois precisava fazer algo para mudar a situação dela, e em conversa com a professora do Atendimento Educacional Especializado- AEE e com as gestoras, questionei se eu poderia ir auxiliando Sorriso com relação a propor outra maneira de realizar as atividades, já que os professores só traziam pinturas simples, então

sugeri pintura a dedo, colagem, jogos, então a professora especializada e a gestão conversaram com os/as professores/as e eles/as então concordaram que eu atuasse mediando as atividades junto à Sorriso, também trouxe estratégias próprias.

Quanto ao ambiente físico, a escola proporciona acessibilidade, pois dispõe de rampas, sala de Recursos, banheiros adaptados, enfim, o primordial para que sorriso pudesse frequentar sem problemas todos os ambientes da escola.

4.2 Desenvolvimento de uma estudante com Paralisia Cerebral

O primeiro passo foi conquistar a confiança de Sorriso, no nosso primeiro contato me apresentei, disse meu nome, perguntei o dela, me dirigindo a própria, embora soubesse previamente que ela não conseguiria verbalizar, mas faz parte do respeito ao outro, expliquei a ela que a partir daquele dia iríamos permanecer muito tempo juntas e que eu iria acompanhá-la em todas as suas atividades dentro e fora da sala de aula, inclusive com alimentação, locomoção e higiene pessoal, Sorriso muito simpática, logo acostumou-se comigo e assim pudemos seguir nosso percurso juntas.

Para que o processo de desenvolvimento de Sorriso na escola onde ocorreu este estudo, pudesse ser iniciado foi preciso começar literalmente do início, pois a estudante inicialmente não permanecia em sala de aula, portanto, comecei a levá-la para a sala de aula, o objetivo inicialmente era que ela permanecesse por 30 minutos dentro da sala, em uma semana este objetivo foi alcançado. O objetivo final era que em um prazo de três meses ela pudesse permanecer o maior tempo possível (porém sempre foi respeitado o tempo de Sorriso, ou seja, ao ser observado que seu limite havia chegado, perguntávamos se ela gostaria de retirar-se da sala, então ela era levada para outros ambientes dentro da escola, descansava e depois era convidada a retornar para sala de aula).

E assim, com muita paciência e compreensão, conseguimos atingir o objetivo de que Sorriso pudesse permanecer em sala de aula o maior tempo possível dentro de suas limitações.

Segundo objetivo proposto foi que Sorriso pudesse socializar dentro da escola, com outros estudantes, professores e funcionários, pois isto anteriormente não ocorria, as pessoas assustavam-se com jeito de Sorriso, por ela se comunicar muitas vezes com gritos altos, as pessoas tinham “medo” que a estudante pudesse

chegar ao ponto de bater nelas, mas com muita conversa, e com a convivência, os estudantes, professores e funcionários aos poucos foram aproximando-se de Sorriso, ela sempre era inserida em todos os ambientes dentro da escola, frequentava todos os ambientes que eu sua cuidadora na época, frequentava, inclusive a sala dos professores.

Senti que este objetivo foi alcançado, quando as pessoas chegavam e abraçavam Sorriso, pois antes elas tinham receio por causa do excesso de saliva, mas com a convivência e a compreensão de que Sorriso era uma estudante como qualquer outro/a, porém com algumas limitações.

Para alcançar este objetivo, foi necessário realizar conversas com temas sobre inclusão e até sobre *Bullyng*, e aos poucos estudantes, professores e funcionários foram entendendo o quanto é necessário nos colocar no lugar do outro, e prestar mais atenção nas potencialidades das pessoas, no que elas têm a oferecer e não nas suas limitações, que no caso de Sorriso eram os gritos e a salivação.

Figure 1 - roda de conversa sobre bullying



Fonte: elaborado pela autora

Enfim Sorriso conseguiu socializar bem com seus/as colegas estudantes, com professores e funcionários, até conseguiu participar de eventos e palestras na escola, como podemos observar nas duas imagens abaixo:

Figure 2 - palestra sobre Saúde Bucal e conscientização sobre o câncer de mama (Outubro Rosa)



Fonte: elaborado pela autora

Fonte: elaborado pela autora

É necessário salientar a participação ativa da cuidadora (pesquisadora) na busca pela inclusão de Sorriso no âmbito escolar, presente em todo momento, ao lado se Sorriso, e sempre a incentivando com palavras, para que a estudante pudesse sentir confiança com a sua presença e para que se sentisse segura ao ser convidada a participar dos eventos, pois, à todo momento era levado em consideração a sua vontade, caso a mesma não se sentisse confortável, era imediatamente convidada a ir para outro ambiente.

Dentre os pontos sobre o desenvolvimento de Sorriso, foram discutidos neste ponto sobre a inclusão e permanência de Sorriso tanto em sala de aula, quanto nos demais ambientes da escola, sendo os objetivos propostos atingidos.

É necessário salientar que para um estudante com PC desenvolver-se dentro da escola, é necessário que o ambiente físico seja favorável e também as atitudes dos profissionais que atuam na escola, caso contrário, o desenvolvimento do estudante com PC pode ser obstruído, pois, devido ao comprometimento físico e muitas vezes cognitivos, esses/as estudantes dependem do auxílio, mediação no seu processo de aprendizagem, sendo então necessário dar as possibilidades para que esses/as estudantes possam progredir no seu percurso escolar.

Sobre isto Melo; Martins reforçam que:

É importante que esses alunos com PC quando inclusos tenham um suporte adequado para permitir um bom desenvolvimento escolar. Eles vão necessitar de recursos pedagógicos adaptados, adaptações no ambiente físico e adequações no mobiliário da escola (MELO; MARTINS, 2007).

A citação reforça o que foi dito, que para estudantes com PC se desenvolverem é necessário haver harmonia entre o ambiente físico, as atitudes

dos profissionais quando se fala em adaptação de atividades. Seguiremos no próximo ponto com relato e análise sobre mediação pedagógica e percursos de aprendizagem.

4.3 Mediação pedagógica e percursos de aprendizagem

Neste ponto iremos apresentar como a pesquisadora agiu com relação à mediação pedagógica diante de duas atividades direcionadas por um professor para Sorriso, é preciso ressaltar que as atividades eram apenas entregues a mim e diziam as seguintes palavras “ver a aí se ela consegue pintar”, ou seja, uma atividade sem contexto, pensando então em como poderia transformar uma pintura sem contexto algum com a aula em questão, foi então estabelecido o objetivo da estudante conseguir colorir sem ajuda, pois ela não conseguia pegar no lápis e precisava que eu, enquanto sua cuidadora segurasse em sua mão.

Já a segunda atividade também se tratou de pintura, porém, pensando novamente no desenvolvimento de Sorriso, ao invés de pintura, (que era o que ela sempre fazia a exaustão), propus ao professor que fosse feita uma colagem.

As atividades descritas abaixo são direcionadas para habilidades relacionadas à motricidade fina:

A primeira atividade teve como objetivo que Sorriso pudesse colorir um desenho com um lápis, trabalhando assim sua coordenação motora fina, inicialmente a estudante demonstra grandes dificuldades em manusear o lápis, pensando então em facilitar esse desenvolvimento, tentou-se um engrossador para lápis, porém sorriso não se adaptou a ele, então continuei insistindo apenas com o lápis normal, como podemos ver na imagem abaixo, inicialmente optei por ir direcionando a mão de Sorriso sobre o papel segurando-a levemente.

A primeira imagem é do mês de março, a segunda imagem é do mês de agosto e a terceira imagem contida neste ponto é do mês de novembro, ambas do ano de 2019.

Figure 3 - Trabalho com coordenação motora fina, segurar um lápis, inicialmente com auxílio



Fonte: elaborado pela autora

Foram muitas tentativas, ficamos exaustas, Sorriso por vezes não queria tentar, mas sempre a motivei verbalmente, dizendo que ela é capaz, que pode conseguir, que eu estava ao seu lado sempre torcendo por suas conquistas, e insistimos diversas vezes, até que minha persistência e os esforços da estudante começaram a surtir efeitos, na imagem abaixo podemos observar Sorriso segurando o lápis sem ajuda e colorindo sua atividade.

Figure 4 - Estudante segurando o lápis e colorindo sem auxílio



Fonte: elaborado pela autora

Podemos perceber que objetivo proposto, para que Sorriso pudesse colorir sem auxílio foi atingido após cinco meses de tentativas.

É importante ressaltar que sorriso tem comprometimentos cognitivos significativos e que para que realize suas atividades escolares é necessário à mediação da cuidadora e que todo e qualquer resultado positivo que ela obtenha terá um grande significado.

A Segunda atividade tinha como objetivo proposto pelo professor que fosse mais uma pintura, porém, como mencionado anteriormente, propus que fosse feito um trabalho de colagem, onde entregamos a estudante, papéis coloridos recortados em pequenos pedaços e um desenho em uma folha de papel A4 e cola branca, foi colocada uma quantidade da cola em cima de uma folha de papel perto da estudante, ela teria que pegar os pedaços de papel, depois passar cola no papel e em seguida colar dentro do desenho.

Porém ela sentiu grandes dificuldades na etapa de passar a cola no pedaço de papel, então, uma solução para que Sorriso pudesse realizar sua atividade foi sugerir que a estudante passasse a cola dentro do desenho com o dedo e em seguida fosse colocando os pedaços de papel colorido, assim foi feito, e sorriso conseguiu concluir sua tarefa.

Figure 5 - Atividade de colagem



Fonte: elaborado pela autora

Nesta atividade Sorriso conseguiu alcançar o objetivo proposto, porém, por meio de outro caminho um pouco diferente do proposto inicialmente, contudo, percebe-se então que nem sempre alcançaremos os objetivos previamente estabelecidos, portanto, é preciso entender o estudante, seus limites e assim dar possibilidades para que esse objetivo seja atingido, todavia, por vezes precisamos sair da rota pré-estabelecida e buscar alternativas condizentes com a necessidade do aprendiz, assim os resultados serão verdadeiramente satisfatórios, pois esse é o papel do mediador, identificar barreiras que obstruam o caminho do estudante e eliminá-las para que ocorra aprendizagem.

Neste ponto foram apresentados momentos em que a pesquisadora atuou como mediadora entre as atividades propostas por um professor e a estudante, para

que ela pudesse desenvolver a motricidade fina, atribuindo então sentido para o desenvolvimento de Sorriso ao realizar as atividades.

4.4 Estratégias pedagógicas para inclusão

Neste ponto iremos apresentar três estratégias utilizadas por mim para que Sorriso pudesse ser incluída em atividades dentro da sala de aula comum, na biblioteca e com relação à comunicação, já que a estudante não consegue formular frases, apenas palavras soltas e comunica-se apontando para o que quer, decidi então construir um painel de Comunicação Alternativa (CA) com imagens relacionadas ao seu cotidiano escolar, para Sorriso poder comunicar-se melhor comigo e com seus professores e colegas estudantes dentro da escola.

A primeira estratégia foi levar jogos para a sala de aula, (no caso da imagem que será mostrada, trata-se do quebra-cabeça da Chapeuzinho Vermelho), para estimular a memória visual de sorriso, o objetivo era que ela pudesse ver as cores e formas, perceber que as peças se encaixam e exercitar a motricidade fina e raciocínio. O motivo pelo qual pensei nessa estratégia, foi que Sorriso passava grande parte do seu dia na sala de aula, porém a maioria desse tempo, para ela era ocioso, pois raramente os professores traziam atividades para ela, assim manipulando os jogos ela se sentia parte da turma e ao mesmo tempo estaria realizando alguma atividade estimulante.

O primeiro passo foi entregar a caixa com jogo para Sorriso, pedi para ela abrisse a caixa e pegasse as peças, e assim foi feito, ao mesmo tempo fui explicando o nome do jogo e como se faz para montar, exemplifiquei juntando duas peças para ela observar.

O segundo passo foi deixá-la à vontade, para explorar o jogo, olhar, mexer nas peças, tentar montar, e foi o que Sorriso fez por uns dez minutos, após esse tempo comecei a explicar a ela que as peças se encaixam para formar a imagem que está estampada na caixa do jogo;

O terceiro passo foi começar a montar o quebra-cabeça, ela ia escolhendo as peças (aleatoriamente), e eu a auxiliava à encaixar as peças no lugar correto, ao terminar de montar o quebra-cabeça, pus a caixa ao lado do jogo montado para que ela pudesse observar que as imagens são iguais.

Após esse momento, Sorriso permaneceu observando o jogo que estava montado, enquanto eu descrevia as imagens para ela, expliquei que o jogo se refere a um conto de fadas, de uma menina chamada Chapeuzinho Vermelho, que havia uma casa, árvores, solicitei que ela identificasse a casa na imagem e assim foi feito.

Por fim, expliquei para Sorriso que tínhamos que guardar as peças, pedi para que ela desse início, então ela mesmo foi guardando as peças dentro da caixa e me entregou.

Figure 6 - Sorriso apontando para a casa na imagem, assim como foi solicitado



Fonte: elaborado pela autora

Portanto, considero que os objetivos propostos foram atingidos, pois o objetivo não era que Sorriso conseguisse montar o quebra-cabeça corretamente e sozinha, mas que conseguisse interagir com o jogo, exercitando a memória visual (o que foi feito por ela ao identificar a casa na imagem), exercitar a motricidade fina e o raciocínio lógico, o que também foi atingido à medida que ela tentou encaixar as peças (do seu modo), considero uma estratégia válida, pois para quem permanecia apenas sentada na sala, Sorriso conquistou bons resultados, ainda podemos destacar a autonomia, pois ela mesmo desmontou o jogo e guardou as peças.

A segunda estratégia foi levar Sorriso para biblioteca da escola em momentos que estivesse cansada de ficar na sala de aula (reforçando que ela permanecia na escola em tempo integral), portanto havia momentos em que permanecer apenas em sala se tornava enfadonho para ela, portanto, eu a convidava a ir até a biblioteca.

O objetivo era que Sorriso interagisse com o ambiente e com as pessoas que se encontravam lá (sempre tinha alguém lendo por lá), e pudesse ver os livros, pegar, folhear os livros, enfim, ela sempre escolhia um livro que lhe chamasse atenção (principalmente pelo desenho da capa), então, inicialmente eu a deixava à

vontade para que explorasse o livro, olhasse as imagens, depois eu lia para ela, ia mostrando as imagens, ela ouvia atentamente.

Por fim, eu entreguei o livro fechado para ela novamente, e solicitei que ela o abrisse e me mostrasse uma imagem que ela gostou, assim foi feito, e podemos observar na imagem a estudante apontando sua imagem preferida no livro, neste caso ela escolheu dois livros, finalizou abrindo-os e olhando as imagens contidas em ambos.

Figure 7 - Sorriso apontando sua imagem preferida no livro



Fonte: elaborado pela autora

Considero que os objetivos foram atingidos, pois sorriso gostou muito de ver e escolher os livros, quando tinha mais alguém na biblioteca ela ia até a pessoa e interagia mostrando o livro que escolhera, enfim, uma experiência rica para Sorriso, pois a incluiu em outro ambiente da escola e não apenas em sala de aula e ao mesmo tempo diversificava suas atividades, pois em sala geralmente os professores ofereciam pinturas.

A terceira estratégia utilizada pensando na inclusão de Sorriso, foi a utilização da Tecnologia Assistiva (TA), neste caso, tratou-se da elaboração de uma prancha de Comunicação Alternativa (CA) para Sorriso, com elementos que ela utilizasse no cotidiano no contexto escolar, como as imagens de banheiro, copo com água, prato com comida, pessoa se alimentando, alimentos preferidos, como bolo, chocolate, pão, livro, lápis, caderno, ou seja elementos utilizados por ela frequentemente, para que assim ela pudesse comunicar-se comigo, com colegas estudantes e com os professores mais rapidamente, e a medida em que esse vocabulário fosse se

ampliando, seriam adicionadas mais imagens a prancha de comunicação da estudante.

É importante ressaltar que a prancha de Comunicação Alternativa foi feita com imagens retiradas da internet e não com a utilização de algum sistema de Comunicação Alternativa específico, como veremos na imagem abaixo:

Figure 8 - Prancha de Comunicação Alternativa



Fonte: elaborado pela autora

Sorriso adaptou-se bem ao uso da prancha de CA, e conseguiu se comunicar melhor no ambiente escolar, porém é importante ressaltar que, a todo momento ela foi estimulada a falar, pois tudo o que acontecia ao seu redor eu repassava para ela, perguntava se ela estava entendendo, por exemplo: quando ela pegava o almoço na cantina, nós sentávamos à mesa e eu descrevia o que estava no prato e a estimulava a repetir, deste modo: olha Sorriso aqui tem arroz, fala arroz, aqui tem feijão, você gosta de feijão? Repete comigo fei-jão (falava pausadamente), e assim por diante, quando ela gostava muito de algo ela respondia com “huuummmm”, algumas palavras ela conseguiu falar.

Portanto, veremos agora imagens da estudante utilizando a prancha de comunicação:

Nesta imagem foi solicitado que a estudante apontasse para a imagem do bolo, podemos perceber que ela identificou a imagem com o olhar e a posição da mão próxima à imagem.

Figure 9 - interação da aluna com a prancha de comunicação alternativa



Fonte: elaborado pela autora

Já nesta imagem, foi solicitado que a estudante localizasse na prancha de comunicação o que ela mais gosta de comer, ela abriu um sorriso, e logo colocou a mão em cima da figura referente ao chocolate:

Figure 10 - a estudante localizando o que ela mais gosta comer



Fonte: elaborado pela autora

Como já foi mencionado neste trabalho Sorriso tem dificuldades em oralizar, portanto cada palavra pronunciada foi uma nova descoberta para ela até meu nome ela conseguiu pronunciar (Flávia), nas palavras de Sorriso: “Fava”. Ou seja, são estratégias extremamente válidas para incluir a estudante no ambiente escolar e para que ela participe ativamente de todas as atividades oferecidas pela escola.

A estudante permanecia em sala de aula grande parte do dia, pois a escola funciona em período integral, porém é importante ressaltar que poucos professores se preocupavam em adaptar atividades para Sorriso, muitas vezes ela permanecia

ociosa em sala de aula, e a grande maioria das vezes as atividades realizadas por sorriso se deu por insistência desta pesquisadora, que a época atuava como cuidadora da estudante.

Como relatamos ao longo deste trabalho, a posição de alguns professores que deveriam estar preocupados com o desenvolvimento de sorriso de fato não acreditavam que ela fosse evoluir em sua vida escolar, pois, pelo que foi observado, eles valorizam apenas a aprendizagem de conteúdos, e não o que sorriso pudesse desenvolver em relação a motricidade, autonomia e fala, falas capacitistas foram observadas a todo momento, como: “vê aí o que ela consegue fazer” ou “ela nem entende o que eu falo”, o capacitismo¹ por parte dos docentes comprometem significativamente o desenvolvimento de estudantes com deficiência.

Sobre essa visão capacitista, podemos associar a uma citação de Vygotski

“É um equívoco ver na anormalidade só uma enfermidade. Na criança anormal nós só vemos o defeito e por isso nossa teoria sobre a criança, o tratamento dado a ela, se limitam a constatação de uma porcentagem de cegueira, surdez ou alterações do paladar. Detemonos nos grammas de enfermidade e não notamos os quilos de saúde. Notamos os defeitos e não percebemos as esferas colossais enriquecidas pela vida que possuem as crianças que apresentam anormalidades” (Vygotski, 1995, p. 45).

Podemos refletir por meio da citação acima que enquanto a sociedade e principalmente os/as educadores/as, observarem apenas a deficiência e não a história de vida do sujeito e a troca de saberes que podemos construir juntos, não haverá a inclusão de verdade.

¹ O capacitismo consiste na crença de que pessoas fisicamente aptas são superiores às pessoas com deficiência. Parte-se da premissa de que pessoas com deficiência possuem um status de segunda classe, consideradas inferiores por pessoas sem deficiência, gerando atitudes prejudiciais e comportamentos discriminatórios com base na deficiência (MARÇAL, 2013).

5. CONCLUSÃO

Esperava-se com esta pesquisa, que a estudante inicialmente permanecesse em sala de aula regular por mais tempo, que conseguisse realizar algumas atividades relacionadas à coordenação, motora fina como colagem e pintura sozinha, participação da estudante em ambientes e eventos proporcionados pela escola, desenvolvimento da comunicação e linguagem por meio da Comunicação Alternativa (CA) e também com estímulos a fala.

Consideramos que esses resultados se confirmaram, portanto, destaco que as contribuições para a área de Educação Especial são de fato relevantes, pois, demonstramos que com dedicação, estudo e força de vontade, conseguimos transformar realidades e que não fazemos inclusão sozinhos, portanto se faz necessário haver mais parcerias, principalmente com a universidade, para que haja mais qualificações na área de Educação Especial, esperamos que este trabalho estimule mais profissionais a se dedicarem a área de Educação Especial e contribuir para o desenvolvimento das pessoas com deficiência, acreditando sempre nas suas potencialidades.

É um fato que a temática que abordamos nesse trabalho tem relevante contribuição tanto para a academia quanto para a área de Educação Especial, principalmente no tocante à mediação pedagógica junto à uma estudante com paralisia cerebral, pois diante de nossas pesquisas pode-se comprovar que existem muitos estudos sobre paralisia cerebral e sobre mediação pedagógica, mas não unindo os dois em um único estudo, o que considero que precisa ser mudado, pois como pudemos observar neste trabalho, estudantes com PC (a depender da ocasião), precisam de um mediador, para que além de ajudá-los com locomoção, alimentação e/ou higiene pessoal, eles/as precisam de alguém que facilite os meios para que alcancem o aprendizado, não só de conteúdos, mas de autonomia.

É de grande importância o trabalho da equipe multidisciplinar, como fonoaudiólogos, fisioterapeutas, dos professores do AEE e equipe de especialistas e professores de sala regular, pois são importantes para o desenvolvimento motor, da linguagem, enfim, mas é importante enfatizar que um mediador capacitado para

tanto, esteja presente junto ao/a estudante e que conheça suas dificuldades, para auxiliá-los no sentido de eliminar barreiras que estejam obstruindo seu aprendizado, e ao mesmo tempo conheça suas potencialidades, para que assim, possa elaborar estratégias para desenvolvê-las, por isso, a provocação a academia, para aprofundar conhecimentos no tocante a esta área, a fim de capacitar profissionais para esta finalidade, defendemos que este profissional seja um professor/pedagogo.,

De acordo com o que foi observado, no tocante à vida escolar da estudante é que haviam lacunas em sua escolarização, ou seja, atividades sem contexto, muita ociosidade por falta de atenção de alguns professores, e por este motivo, pensamos em ações que pudessem trazer os professores e toda equipe escolar para perto da estudante, inserir ela em todos os ambientes da escola, proporcionando de fato sua inclusão e plena participação em todos os ambientes e atividades dispostas pela escola, também por meio da mediação pedagógica, pôde-se dar sentido a algumas atividades direcionadas para a estudante, para que de fato ela pudesse desenvolver novas habilidades e melhorar suas dificuldades.

Por, este motivo é necessário salientar que nós pedagogos/as da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), campus João Pessoa, já temos uma visão mais abrangente sobre inclusão, tendo em vista que em nosso curso contamos com o aprofundamento em Educação Especial, o que nos possibilita a entender melhor o desenvolvimento de estudantes com deficiência, e a observar possibilidades e potencialidades e não só as limitações causadas por sua deficiência.

Pudemos comprovar que a mediação pedagógica quando pensada com intencionalidade, dando sentido a atividades, trabalhando para melhorar dificuldades e desenvolver potencialidades, causa um efeito positivo na vida do/a estudante, lhe traz autoestima, e para nós que abraçamos a área de Educação Especial, que trabalhamos com o coração e que dedicamos anos de nossas vidas a esta área, só nos resta externar nossa satisfação com esta pesquisa e com seus resultados, que consideramos positivos, encerramos com a certeza de dever cumprido, e que este trabalho representa para nós o verdadeiro significado de empatia, de colocar-se no

lugar do outro e perceber sua dor, mas de não ficar de braços cruzados e fazer algo para transformar a realidade do sujeito.

Entendemos que a realidade de estudantes com Paralisia Cerebral não é fácil, que são necessárias adaptações, adequações, mas que com um olhar de um profissional devidamente capacitado pode contribuir para inclusão e desenvolvimento motor, cognitivo e social desses sujeitos.

É necessário refletirmos se o Desenvolvimento de educação para todos realmente funciona, pois durante nossa pesquisa pudemos observar a falta de capacitação tanto dos professores quanto dos demais funcionários da unidade escola para lidar com a estudante com PC, portanto, nota-se que a educação para todos não está funcionando como deveria, e que cabe aos governantes rever suas políticas e o modo como distribuem os recursos para a Educação Especial, não basta garantir matrículas, mas também capacitar profissionais e adequar os ambientes educacionais, além de disponibilizar recursos que atendam as necessidades específicas dos estudantes com deficiência.

Minhas perspectivas futuras é aprofundar meus conhecimentos na área de Educação Especial e poder contribuir cada vez mais para a inclusão desse público principalmente no que tange a educação, que deve ser um direito de todos.

REFERÊNCIAS

BERSCH, R. C. R.; PELOSI, M. **Portal de ajudas técnicas para a educação: equipamento e material pedagógico para a educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física. Tecnologia assistiva: recursos de acessibilidade ao computador.** Brasília: MEC; SEESP, 2006.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016].** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 30 de julho de 2023.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em 04/06/2023 às 00h.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394,** de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, janeiro de 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em 03/06/2023 às 23h.

CAMARGO, Flávia Pedrosa. **O capacitismo e a Expectativa Docente em Relação a alunos com deficiência.** [SYN]THESIS, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 87-96, jan/jul. 2020.

DOS SANTOS, A. F. **Paralisia cerebral: uma revisão da literatura.** Montes Claros, v. 16, n.2- jul./dez. 2014. (ISSN 2236-5257)

ESPANHA. **Declaração de Salamanca.** Salamanca, 1994.

FRANCO, Marco Antônio Melo. **Paralisia Cerebral e Práticas Pedagógicas: (in)apropriação de discurso médico.** Belo Horizonte, 2009.

GALVÃO, Cláudia Regina; CAVALCANTI, Alessandra. **Tecnologia Assistiva no Contexto Escolar. Formação de Professores e Educação Especial: o que é necessário saber?-** Editora UFPB João Pessoa, 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZAGA, Mariana Viana; LOURENÇO, Gerusa Ferreira e PINTO, Milena Maria. **Escolarização de Pessoas com Paralisia Cerebral: Uma Revisão Sistemática na**

Literatura Nacional. Corumbá, 2022. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_pdp_ped_unioeste_silvanafatimacopini.pdf. Acesso em 10/04/2023 às 15h.

JOÃO PESSOA. **Diretrizes para organização das unidades de ensino da rede municipal**. João Pessoa: SEDEC/PMJP/EGEF, 2022.

FILHO, Carol Kolyniak. **Motricidade e Aprendizagem: algumas implicações para a educação escolar**. Constr. Psicopedag. Vol. 18 no. 17 São Paulo dez. 2010.

Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141569542010000200005.

LEITE, Madson Márcio de Farias. **A contribuição de Vygotsky na educação especial: desenvolvimento e aprendizagem**, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/kirikere/article/download/35929/24477/117987>. Acesso em 27/04/2023 às 13:30h.

LIMA, Francisca Verlênia Silva. **Abordagem dos elementos conceituais da Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) de Vygotsky**. Maceió, AL 2020.

LOCKMANN, Kamila; KLEIN, Rejane Ramos. **Políticas de Educação inclusiva: fragilização do direito à inclusão das pessoas com deficiência na escola comum**. Revista Educação Especial, v. 35- 2022- Santa Maria. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>.

MACEDO, C. R. A. (2006). **Uma reflexão sobre os conceitos: letramento, alfabetização e escolarização**. GT de Psicolinguística da ANPOLL- TEP.

MASSARO, Munique; SILVA, Izaura Maria de Andrade. **Atendimento Educacional Especializado. Formação de Professores e Educação Especial: o que é necessário saber?**- Editora UFPB João Pessoa, 2021.

MELO, F.R; MARTINS, L.A. **Acolhendo e atuando com alunos que apresentam paralisia cerebral na classe regular: a organização da escola.** Revista Brasileira de Educação Especial, Marília ,2007.

MELO, F.R; MARTINS, L.A.R. **O que pensa a comunidade escolar sobre o aluno com Paralisia Cerebral.** Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, 2004.

MOUSINHO, Evelin Schimid; MESQUITA, Fernanda; PEREIRA, Juliana; MENDES, Luciana; SHOLL, Renata; NÓBREGA, Vanessa. **Mediação Escolar e Inclusão: Revisão, dicas e reflexões.** Ver. Psicopedagogia 2010; 27(82): 92-108.

NUNES, Débora Regina de Paula. **Educação Inclusiva.** UFRN. Natal, 2013.

Disponível em:

https://educape.capes.gov.br/bitstream/capes/431185/2/Edu_Inc_Livro_WEB.pdf.

Acesso em 04/06/2023 às 00:36h.

OMS- Organização Mundial da Saúde. **Relatório Mundial sobre a Deficiência.** São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência; 2012. 334p.

ROTTA, Newra Tellechea. **Paralisia Cerebral, Novas perspectivas terapêuticas.** Jornal da pediatria- vol. 78, supl. 1, 2002.

SILVA, Izaura Maria de Andrade. **Refletindo Sobre as Concepções de Deficiências. Formação de Professores e Educação Especial: o que é necessário saber?**- Editora UFPB João Pessoa, 2021.

VILLIBOR, Renata Hydee Hasue, VAZ, Regiane Henrique. **Correlação entre a função motora e cognitiva de pacientes com Paralisia Cerebral.** Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/neurociencias/article/view/8462>. Acesso em 08/09/2023 às 19:00h.

VIGOTSKI, Lev S. **Fundamentos de Defectología.** Obras Completas, tomo cinco. Havana: EditorialPueblo y Educación, 1995, 2a. edição.

VYGOTSKI, Lev S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2005. 212 p. ISBN: 8536304626.